O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada ao debate sobre os benefícios das unidades de conservação para a economia e o desenvolvimento nacional.

O requerimento de realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara,* para ser exibido posteriormente na nossa grade de programação.

Prestados esses esclarecimentos, vou conceder a palavra a cada convidado por até 15 minutos. Peço a todos que sejam o mais objetivos possível, para que nós possamos desenvolver o tema da melhor forma.

Chamo para comporem a Mesa os expositores: o Dr. Rodrigo Jesus de Medeiros, Professor do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; o Dr. Carlos Eduardo Frickmann Young, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a Dra. Erika Guimarães, Gerente de Áreas Protegidas da Fundação SOS Mata Atlântica, representando aqui a Coalizão Pró-Unidades de Conservação; o Dr. Andre Nahur, Diretor do Conservation International; o Dr. Leandro Mitidieri Figueiredo, Procurador da República e Coordenador do Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal; e o Dr. Fernando Henrique Sousa, Diretor do Grupo Cataratas. *(Pausa.)*

À esquerda há um cronômetro, para ajudar a todos no controle do tempo. Automaticamente, ele faz um barulhinho, mas não se preocupem com o barulho, não. *(Riso.)* Concluam com calma depois do sinal sonoro.

Passo a palavra, então, para o primeiro painelista, o Prof. Dr. Rodrigo Jesus de Medeiros.

O SR. RODRIGO JESUS DE MEDEIROS - Muito boa tarde a todos vocês.

Muito boa tarde, Deputado Rodrigo Agostinho. Obrigado pela oportunidade de nos reunir aqui, na tarde de hoje, para falarmos sobre as nossas unidades de conservação, não só sobre a importância delas para a conservação das espécies, dos ecossistemas,

dos biomas, mas também sobretudo sobre a relevância da sua contribuição para a economia e para o desenvolvimento nacional, assunto muito em pauta, muito em voga.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou dividir parte desta minha fala da apresentação com o meu querido colega Cadu, o Carlos Eduardo Young, Professor do Instituto de Economia da UFRJ, com quem eu tive a honra de produzir os eslaides da apresentação, com quem tive a honra de dividir a organização desse estudo, chamado Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Basicamente, é um estudo em que nos propusemos a fazer uma investigação sobre de que maneira as unidades de conservação no Brasil de fato têm uma contribuição direta e efetiva para a economia real brasileira, ao contrário do que muitas pessoas acreditam, sobretudo nestes tempos atuais que vivemos no Brasil, em que as nossas unidades de conservação e o meio ambiente, de certa maneira, andam tão desvalorizados e tão colocados em voga. Esse estudo, mais do que nunca, serve para desmistificar o fato de que investimentos em conservação no Brasil são investimentos que não representam retorno de quaisquer benefícios para a sociedade, para as pessoas, para o setor produtivo. O que procuramos demonstrar nesse estudo é que essa é uma verdadeira mentira. Pelo contrário. Os investimentos realizados em conservação, todos eles, retornam, sim, de maneira real, concreta e monetizável, para a vida das pessoas, seja para aquele trabalhador que desenvolve a sua atividade no dia a dia urbano, o trabalhador urbano, seja para o produtor rural, que produz no Brasil e que depende da natureza para fazer sua produção prosperar e com isso contribuir para a economia nacional, para todas as pessoas.

A nossa apresentação será dividida, nestes 10 minutos ou 15 minutos que eu tenho, mais os minutos que o Cadu tem, em dois momentos. No primeiro momento, vou falar sobre o contexto das unidades de conservação no Brasil e um pouco sobre a relação dos investimentos, ou da falta de investimentos, ou da decadência dos investimentos em gestão ambiental, principalmente em conservação, no Brasil.

Não poderia deixar de registrar também um agradecimento à Coalizão Pró-Unidades de Conservação, uma série de organizações que militam e que trabalham no Brasil em benefício da conservação da natureza e que foram parceiras e realizadoras desse estudo. Estão aqui representando a coalizão a nossa querida Erika, da SOS Mata Atlântica, o querido amigo Andre, da Conservação Internacional, o WWF, a Rede Pró-

UCs, o Grupo Boticário, o Semeia, o FUNBIO. Mas várias outras organizações fazem parte dessa coalizão.

Quem mais, Cadu?

O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG - O IMAFLORA...

O SR. RODRIGO JESUS DE MEDEIROS - O IMAFLORA,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO JESUS DE MEDEIROS - ...o IPÊ e a IUCN, que também está representada aqui. Eu vi o Marcos, nosso colega, aqui também.

Bom, vamos lá! Vamos falar um pouco, então, do contexto geral das unidades de conservação. Acho que para boa parte dessa plateia que está aqui, mas, eu tenho certeza, também para as pessoas que estão nos assistindo pelo *link on-line*, isto será um bom refresco, uma boa lembrança do que representam e do que são as unidades de conservação no Brasil.

Todo mundo sabe que, quando falamos de áreas protegidas, estamos falando de áreas que são importantes não apenas pela sua beleza cênica, como, nessa foto, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, bem próximo de Brasília, ou o Parque Nacional do Iguaçu, mas também são importantes para a conservação da biodiversidade, ou seja, são importantes para a manutenção da integridade de espécies, populações e ecossistemas, o que inclui sistemas e meios tradicionais de subsistência de populações humanas. Não me refiro só a populações indígenas, mas também a populações locais e tradicionais de todo o Brasil que dependem, que sobrevivem, que têm seus meios de vida a partir de uma relação muito intensa com as unidades de conservação.

Essas unidades são também, falando de mudanças climáticas — e o Andre vai falar um pouco mais para a frente sobre isto, na apresentação dele —, de extrema importância para o combate e a redução dos efeitos causados pelas mudanças climáticas globais. Não estamos falando só do Brasil. O que se conserva no Brasil tem importância para o efeito climático global e, obviamente, para promover também o desenvolvimento sustentável.

Vamos refrescar a memória: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985, de 2000, estabeleceu essas categorias de unidades de conservação. Elas são divididas em dois grupos: em unidades de proteção integral e em unidades de uso sustentável.

Na categoria unidades de proteção integral estão as reservas ecológicas, biológicas, os parques, os monumentos. Do outro lado, estão as áreas de proteção ambiental — APAs, as áreas de relevante interesse ecológico — ARIE, as florestas nacionais, as reservas extrativistas e outras. A diferença básica é que, nas unidades de proteção integral, procura-se atingir um nível de proteção em que só há uso indireto, tanto dos recursos quanto dos benefícios, e, nas de uso sustentável, pode haver um tipo de uso direto, de aproveitamento econômico direto daquele território.

Essa tabela mostra os dados oficiais mais recentes divulgado pelo ICMBio a respeito do número e extensão de unidades de conservação que hoje estão presentes no território brasileiro, em todas as categorias, nas esferas federal, estadual e municipal. Como podem ver aqui no finalzinho da coluna, temos hoje no total quase 2,5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro protegidos sob alguma forma de unidade de conservação.

Muito se diz — e inclusive muito se propalou recentemente por meio de um vídeo famoso divulgado pela Internet — que há muitas unidades de conservação e muitas áreas protegidas no Brasil e que isso impediria o desenvolvimento, que isso seria contra o desenvolvimento do Brasil. Isso, de fato, é uma forma distorcida de ver esses números. Hoje, o total em extensão que nós temos de unidades de conservação, pelos dados oficiais, representa menos de 30% do território brasileiro. Se olharmos com mais atenção, veremos que pelo menos dois terços dessas unidades de conservação são as unidades chamadas de uso sustentável, aquelas em que, como eu disse, algum tipo de uso e aproveitamento econômico direto pode ser feito. E se olharmos com uma lupa, ainda mais de pertinho, veremos que entre as de uso sustentável, a maior parte, quase 1,3 milhões de quilômetros quadrados, são de áreas de proteção ambiental, as APAs, que inclusive são áreas em que até atividades agrícolas sustentáveis, dentro de um plano de manejo, podem ser realizadas.

Então, dizer que os problemas econômicos que se enfrentam hoje no Brasil ou o problema de falta de competitividade brasileira estão relacionados com a existência de unidades de conservação é uma mentira, e é essa mentira que nós precisamos repelir e combater o tempo inteiro. Como disse, esses são os números oficiais.

Esse mapa não está legal, porque o fundo está branquinho. Mas o que se quer mostrar aqui é que colocando esses dados em um mapa também podemos ver a

distribuição dessas unidades de conservação no território brasileiro. Obviamente que se percebe que a maior parte dessas unidades estão concentradas no Bioma Amazônia, por todas as justificativas históricas que nós temos para proteger a última grande floresta tropical brasileira. E muitas dessas áreas estão muito distantes de qualquer tipo de aproveitamento produtivo que se queira dar, inclusive para a agricultura.

Apresenta-se também outro desafio, que nós vamos discutir mais tarde, para a política brasileira de criação de unidade de conservação: se, por um lado, nós conseguimos estabelecer na Amazônia, nas últimas 2 décadas, um regime de proteção e de ampliação das unidades de conservação capaz de gerar esse mapa com essa boa cobertura que nós temos, o mesmo nós não conseguimos observar para outros biomas extremamente relevantes e muito mais ameaçados, como é o caso do Cerrado e da Caatinga. Ali, sim, ainda vamos ter que fazer um esforço nos próximos anos para imprimir a proteção necessária para garantir o mínimo dos fluxos e de todos os processos ecológicos que ocorrem nesses ecossistemas que estão inseridos nesse biomas.

Esse aqui é o gráfico que diz como é, historicamente, a curva de criação das unidades de conservação no Brasil. Nós sabemos que há uma concentração, que o período em que mais avançamos foi nos anos 90 e na primeira década dos anos 2000, com a criação e o avanço dessas unidades, mas nós sabemos também que a partir de 2010, sobretudo nos últimos 3 anos, freamos bastante as iniciativas de criação de unidades de conservação, o que, de novo, coloca o Brasil ainda em uma situação de sub-representatividade dessas áreas, em face dos compromissos internacionais assumidos, como, por exemplo, as Metas de Aichi, na Convenção da Diversidade Biológica, ou, mesmo hoje, com os próprios Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, apesar de ter decrescido a velocidade de criação de novas unidades, depois de 2 décadas de muitas unidades criadas, queremos chamar a atenção — aí, sim, já começamos a falar do estudo — para o fato de que, se comparamos com o orçamento federal dedicado à gestão ambiental, nós veremos que o Orçamento da União não acompanhou a mesma velocidade, por exemplo, do número de unidades criadas. Então, praticamente no mesmo período, nas mesmas 2 décadas em que conseguimos ter um aumento significativo na representatividade e na extensão dessas unidades no território brasileiro, o nosso orçamento na área de gestão ambiental do Ministério do Meio Ambiente ficou basicamente congelado, inclusive decrescendo nos últimos 3 anos.

Quando fazemos a desagregação desse mesmo orçamento — aquele é o orçamento geral do Ministério do Meio Ambiente —, quando desagregamos esse orçamento para a subfunção *Preservação e Conservação Ambiental*, que é exatamente aquela parcela do orçamento do Ministério do Meio Ambiente que vai para as unidades de conservação, que vai para o ICMbio, que é destinada para apoiar os processos de gestão das unidades, vemos que, a partir de 2004, esse orçamento basicamente despenca. Há um pequeno pico ali em 2011, mas já despencando a partir de 2015 para os seus níveis históricos, o que obviamente nos coloca em uma situação muito difícil não só para criar novas unidades, mas também para gerir de maneira adequada as próprias unidades que foram criadas. Isso afeta uma série de serviços, como os serviços de visitação, os serviços de controle e de combate a incêndio e mesmo o controle de desmatamento dentro de unidades de conservação.

De certa maneira, isso é um contrassenso. Quando comparamos o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, o orçamento discricionário que foi executado pelo Ministério no meio ambiente nesses últimos anos, que é o que está na barrinha azul, com a soma do que foi aplicado nos outros orçamentos, dos outros Ministérios, da União, nós percebemos que o orçamento alocado em gestão ambiental no Ministério do Meio Ambiente, que é federal, não só se manteve estagnado, como também, comparativamente com o orçamento dos outros Ministérios, reduziu. O que isso quer dizer? Enquanto outros Ministérios conseguiram aumentar as alocações, merecidamente, para poder fazer cumprir a sua missão e as suas políticas, o Ministério do Meio Ambiente reduziu proporcionalmente, o que mostra a dificuldade que se tem não só de fazer com que esse orçamento se mantenha, mas com que, em uma briga do orçamento anual, a cada ano, seja possível trazer novas alocações, trazer recurso novo, para fazer cumprir a missão do Ministério do Meio Ambiente e dos órgãos de gestão do Ministério do Meio Ambiente — ICMBio, IBAMA e, à época, ainda, o Serviço Florestal Brasileiro.

Bom, quais são as consequências para esse projeto? Um número significativo de unidades de conservação relevantes, de que nós precisamos, ainda insuficiente para garantir preservação de espécies e de biomas e garantir serviços ambientais mínimos para o bem-estar da população. Obviamente, com um orçamento pequeno, há processos que são muito ruins. O primeiro é a precarização da gestão ambiental, que incapacita o ICMBio e o IBAMA no sentido de cumprir sua missão de fiscalização, gestão e

manutenção dessas áreas. Obviamente, isso traz claras ameaças à integridade dos ecossistemas, como, por exemplo, desmatamento e perda de água, o que pode levar à perda de espécies e de serviços ambientais relevantes.

Acho que o Andre vai falar um pouco sobre isso, sobre como isso afeta o clima, afeta a disponibilidade hídrica, afeta uma série de coisas que estão relacionadas com o nosso dia a dia, e como esse negacionismo imbecil — não sei se eu posso dizer isso, acho que "imbecil" está dentro do decoro — limita e impede, de fato, no Brasil, as pessoas de terem acesso a esses benefícios. Obviamente, limita também o potencial econômico das UCs.

É sobre esse potencial econômico que o Cadu agora vai falar. Ele vai falar quais são, na verdade, as oportunidades econômicas orçamentárias que poderiam movimentar a economia, gerando emprego, gerando impostos na economia, simplesmente se nós fizermos, e fizermos bem feito, os investimentos adequados em conservação. *(Pausa.)*

Nós não precisamos cortar; nós precisamos investir. Repito: não precisa cortar, precisa investir. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG - Obrigado.

Boa tarde. Muito obrigado pelo convite. É uma enorme honra estar aqui na Casa do Povo. A Câmara dos Deputados e os Deputados representam o povo brasileiro. É sempre um grande orgulho estar aqui debatendo políticas públicas.

Eu acho que o Rodrigo não fez referência ao fato de que o nosso estudo está livre para *download* em vários *sites*. Eu acho que esse é o livro mais facilmente "downloadiável" que existe. Ele está disponível em várias instituições que fizeram o patrocínio. Então, o seu *download* está completamente disponível para os senhores.

Eu vou tentar agora avançar um pouquinho sobre a questão econômica.

Primeiro, vou explicar que eu sou economista. Eu entrei calourinho lá na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, que hoje é Instituto de Economia. Agora já estou na outra ponta. Sou professor titular — esperando o que vai se resolver no plenário 2, onde vai haver audiência — até a aposentadoria e, possivelmente, até depois, porque nós costumamos ficar na universidade bastante tempo depois que aposentamos, porque essa é a nossa vida.

(Segue-se exibição de imagens.)

O meu papel aqui foi o de passar esse discurso para termos econômicos. Qual é o diálogo possível entre a conservação e a economia? Falo isso a partir das perspectivas de que esses espaços — eu acho que todos já reconhecem aqui que eu estou abrindo, em homenagem ao Fernando, com uma das imagens de Cataratas —, ou melhor, a partir das perspectivas de que existe um grande espaço para nós fazermos negócios. Agora, como o Rodrigo falou, existem condições para que isso aconteça. Então, nós precisamos encarar esse espaço das áreas protegidas como uma área de investimento, para pensar o futuro, porque os retornos são muito grandes. Ora, se os retornos são grandes, vamos tentar medir esses retornos, e isso foi o que nós tentamos fazer.

Colocamos aqui cinco itens. São temas que nós aprofundamos de toda a imensa gama de serviços ecossistêmicos associados à conservação da biodiversidade. Nós nos concentramos em extrativismo madeireiro e não-madeireiro; uso público; conservação ou captura de estoques de carbono; proteção do solo e recursos hídricos — eu gostaria de chamar a atenção para esse tema, porque ele é, provavelmente, o mais impactado por mudanças climáticas —; e, por fim, transferências por ICMS Ecológico, o que é uma inovação brasileira oriunda de uma negociação entre Legislativo e Executivo, na esfera subnacional, e que é reportada como a principal inovação brasileira na questão de instrumentos econômicos para a gestão ambiental.

O gráfico aqui talvez não esteja muito nítido. Eu sei que, provavelmente, os senhores estejam vendo aqui uma linha... *(Pausa.)*

Antes de eu começar, quero dizer que está presente aqui a Sra. Rejane Pieratti. No ano passado, à época em que ela estava na Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, nós tivemos a oportunidade de fazer um estudo junto ao Ministério do Meio Ambiente e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD estimando quanto seria necessário para atingirmos as metas da Agenda 2030 e qual seria a mais provável projeção de recursos no cenário linha de base, ou seja, deixando as coisas como estão já num contexto da Emenda Constitucional nº 95, de limitação de gastos públicos.

Aqui eu estou apresentando dois subprodutos. Nós estudamos dez objetivos do desenvolvimento sustentável diferenciados e estamos aqui pegando dois desses objetivos. Falo sobre o tema relacionado às áreas protegidas marinhas, que estão no âmbito do ODS 14, e sobre as unidades de conservação terrestres, no âmbito do ODS 15.

Eu não sei se os senhores estão conseguindo ver, mas essa linha em azul é o quanto se está gastando na trajetória. E há aqui a nossa projeção do que seria necessário gastar até 2030 para atingirmos aquilo com que o Brasil se comprometeu junto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável global com as Nações Unidas.

Em cinza, temos a projeção de quanto seria alocado, incluindo tanto recursos públicos quanto privados. Aqui é a mesma figura para as unidades de conservação terrestres. O volume é maior. Nós gastamos mais em unidades de conservação terrestre, mas o *gap* é muito grande. Os senhores não vão conseguir ver isso aqui. Nós estamos falando de uma necessidade de 3 bilhões, chegando a 3 bilhões em 2030, anuais, e chegaríamos, na melhor das hipóteses, a 1 bilhão apenas de recursos alocados. Portanto, essa brecha, essa lacuna de recursos chegará, em 2030, a 2 bilhões de reais, apenas para as unidades de conservação terrestres. Isso revela o quê? Revela que, apesar de termos a maior biodiversidade do planeta, a maior área de floresta tropical do planeta, a segunda maior área de floresta nativa do mundo — nós só perdemos para a Rússia, mas a Rússia tem, sei lá, 3 vezes o território nacional —, estamos cuidando mal desse ativo, desse recursos.

A primeira evidência que eu vou apresentar para os senhores é esse gráfico em azul. Os senhores estão vendo uma linha azul? Essa linha azul representa o desmatamento. Uma linha amarela relativamente paralela também declinante significa o extrativismo madeireiro no Brasil. A extração de madeira nativa do Brasil está morrendo. Está morrendo por quê? É difícil comercializar a madeira? Madeira não tem valor? Muito pelo contrário, o preço da madeira tropical cresce. Contudo, é uma consequência do processo da expansão predatória, da expansão não sustentável em cima das áreas de floresta. Perdermos esse enorme potencial econômico que são as florestas brasileiras.

Lembro que nosso País foi nominado a partir do nome de uma árvore de extrativismo: o pau-brasil. Nós estamos repetindo, na esfera amazônica — que é onde resta madeira de lei suficiente para ter atividade comercial —, a mesma tragédia que aconteceu com o pau-brasil do litoral e depois com o resto das madeiras da Mata Atlântica e de outros biomas, que é a sua extinção. Ao fazer isso, estamos perdendo uma enorme oportunidade econômica.

Vejam o contraste. Esse aí é um gráfico que está vindo de 2010 a 2018. Mostra o quanto o Governo Federal está recebendo por outorgas de concessão florestal. Ainda é

muito pequeno, mas nós já estamos atingindo aí 2018, e a projeção que estamos fazendo para 2019 é de que devamos ter alguma coisa em concessões estaduais e florestais já com 33 milhões sendo arrecadados agora. Ou seja, se compararmos esses números com os números que o Rodrigo apresentou sobre orçamento, vamos perceber que um conjunto muito limitado de unidades de conservação já está alocando um volume que é praticamente compatível com que está acontecendo em relação a toda necessidade de gasto das unidades de conservação.

Quando perdemos a floresta, perdemos a oportunidade de fazer essa concessão. Não se discute hoje, no Brasil, uma concessão de floresta nativa em Mata Atlântica, por exemplo. Está se pensando agora em concessões para regeneração, e isso é jogar dinheiro fora. Nós estamos não matando a galinha dos ovos de ouro, mas desmatando as florestas das árvores de ouro, porque esse tipo de madeira nobre tenderá a ser mais rara, mais escassa. O que aprendemos na faculdade de economia? Diminui a oferta, aumenta a demanda, sobe o preço. E nós estamos destruindo esse ativo sem mesmo antes fazer uma valoração de quanto isso pode representar.

Então, nós fizemos dois cenários. Eu acho até hoje, Rodrigo, fazendo uma mea-culpa, que o nosso cenário otimista está muito conservador. Estou refazendo algumas contas. Acho que estamos muito moderados, pode ser um pouquinho mais em termos de preço. Nós estamos dizendo o seguinte: podemos chegar de 2 a 7 milhões de metros cúbicos anuais girando de madeira de forma sustentável em unidades de conservação, florestas nacionais, florestas estaduais, que são desenhadas para isso. Temos muitas áreas que ainda não foram designadas em que cabe esse tipo de atividade, e o Serviço Florestal Brasileiro tem a capacidade técnica de fazer o aproveitamento dessa área de forma sustentável, de tal maneira que não percamos a biodiversidade que está ali representada. Agora eu só consigo fazer manejo sustentável se eu tiver o quê? Governança.

Existe uma associação das empresas concessionárias de floresta. E qual é a grande preocupação de um empresário do setor de madeira? São as mesmas preocupações do gestor ambiental: falta de governança, roubo, violência, etc. Com isso, perde-se a oportunidade de ter investimento em um produto que é extremamente valorizado. Perdemos a oportunidade de colocar madeira certificada. Por que madeira

certificada? Porque existe a possibilidade de garantir a origem dela, que é o grande problema de um madeireiro.

O madeireiro, por exemplo, precisa investir em tecnologia. Para ele colocar uma madeira bem processada, ele precisa gastar em capital. Ele só vai investir pesado se tiver a garantia de que vai ter madeira no longo prazo. Agora, ele só vai ter madeira no longo prazo se aquela atividade madeireira não for associada ao desmatamento, à madeira predatória. Então, é o contrário do que é usualmente pensado. O setor madeireiro depende da floresta. Ele quer a floresta em pé, mas esse é o setor madeireiro legalizado, que tem direitos trabalhistas respeitados, que paga tributos não só ao Governo Federal, mas ao Governo Estadual e ao Governo Municipal, que pode estar consorciado com atividades comunitárias de extrativismo não madeireiro, que pode estar associado à produção local de alimentos para atender àquela produção. Então, há toda uma cadeia produtiva sustentável possível, que está desaparecendo sempre que o desmatamento avança. Ou seja, sempre que se ouvir dizer "aumentou o desmatamento", isso significa que estamos perdendo capacidade produtiva, estamos perdendo dinheiro, estamos perdendo imposto, estamos perdendo emprego.

Um dado importante está aqui na última linha: na arrecadação, podemos chegar com a atividade econômica a um valor de 700 milhões de reais por ano de produção em cima disso, sem contar os efeitos multiplicadores que isso pode gerar. Em termos de outorga, hoje a arrecadação, como eu falei, está em torno de 33 milhões. A minha projeção para 2019 é de 23 milhões para o federal e uns 10 milhões para as florestas estaduais.

O Pará e o Amapá já estão fazendo concessões florestais. Mas para expandirmos para isso precisamos aumentar o investimento. A média do investimento anual do período 2009/2017 foi de 9 milhões, contra uma necessidade de 29 milhões, que é retirada daquele mesmo estudo a que eu fiz referência, aquele estudo dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Recomendo fortemente que demandem ao Ministério do Meio Ambiente uma cópia do relatório.

E produtos não-madeireiros são extremamente importantes por quê? Porque eles têm um papel social grande. Nós temos um grande potencial em pescado. Temos mais de 1 milhão de pescadores registrados e outras atividades de extrativismo que são complementares à atividade econômica.

O uso público, eu creio que o Fernando vai discutir bastante. A nossa estimativa é de 17 milhões de visitantes registrados em 2016. Isso está gerando alguma coisa de 2,5 a 6 bilhões.

Aqui está o Thiago Beraldo, do ICMBio, que acho que é o grande nome para discutir esses nomes na área federal. Estamos extrapolando também para a área estadual. O Thiago nos ajudou também nas contas. Os nossos números, inclusive, conversam entre si. Temos ordens de grandeza semelhantes, ou seja, o ICMBio está fazendo, e nós estamos fazendo. Isso significa o seguinte: se aumentarmos em 20% a visitação de unidades de conservação, estaremos gerando um aumento de 0,5 a 1,2 bilhão de reais de atividade econômica, com aumento de 15 a 42 mil empregos. Ou seja, trata-se de uma fonte importantíssima de atividade econômica.

O Governo Federal hoje está arrecadando algo em torno de 70 milhões de reais com as concessões de uso público. Somem 70 milhões com aqueles 30 milhões, e temos 100 milhões, que já estão entrando no cofre só em pagamento de concessão. Depois, comparem com os dados orçamentários, o quanto está sendo colocado no investimento para essas áreas, com potencial de arrecadação. São números novos.

Eu estou trabalhando em uma comunicação pessoal que o Thiago me passou. Estamos pensando em 15 novas outorgas, podendo gerar, em mais ou menos 20 anos, alguma coisa como 300 milhões de reais só com as concessões, mais 230 milhões de tributos.

Eu vou usar só mais um 1 minuto, Presidente. Vou ser muito breve.

Carbono. As florestas são grandes estoques de carbono. Nós criamos uma modelagem para dizer o seguinte: se não existisse unidade de conservação, se a unidade de conservação tivesse um padrão de desmatamento semelhante ao que está fora da unidade de conservação, quanto de emissão teria sido acrescentada à atmosfera? O nosso número é um valor de 10 gigatoneladas de CO2, ou mais ou menos cinco vezes a emissão nacional anual de dióxido de carbono. Isso significa que elas têm um enorme papel de contribuição de sequestro de carbono. Um dado importante é que, se isso fosse valorado ao preço em que é transacionado o carbono no mercado internacional, nós estaríamos falando algo como 130 bilhões de reais. O valor do estoque do carbono preservado nas unidades de conservação é da ordem de 130 bilhões de reais. Se eu aplicasse uma taxa anual de aluguel de 3% a 6% sobre esse estoque, nós estaríamos

falando de um serviço que está na ordem de 4 a 8 bilhões de reais ao ano. Se nós tivéssemos uma governança global em que recebêssemos por esse serviço, essa seria a dimensão do serviço prestado.

Então, eu creio ser uma atitude muito mais positiva a de, em vez de lutar contra o conceito de mudanças climáticas, aproveitar o nosso enorme potencial como sequestrador de carbono, como mantenedor de estoque de carbono, para tentar negociar acordos como o Fundo Amazônia. E mais: nós precisamos de mais fundos como o Fundos Amazônia: fundo Mata Atlântica, Fundo Cerrado, Fundo Pantanal, e não de menos. Isso pode significar um aporte significativo de recursos.

Água é um tema extremamente importante, sobre o que nós desenvolvemos uma metodologia bastante nova. Eu não vou avançar nisso aqui. Digo simplesmente que metade da energia hidrelétrica brasileira provém de bacias hidrográficas que têm pelo menos 10% de cobertura de unidade de conservação. Um quarto do abastecimento humano e um terço do abastecimento animal vêm de bacias em que a presença de unidades de conservação é muito grande, sem contar que há um enorme serviço, estimado em 8 milhões de reais ao ano, pela erosão que está sendo evitada.

O último que nós temos é o ICMS Ecológico. A nossa estimativa para 2015 foi de que 750 milhões de reais já estavam sendo repassados para os Municípios, porque eles têm unidade de conservação. Isso não é o total de ICMS Ecológico, não; é apenas a parcela que é derivada de unidades de conservação, e nesse caso a terra indígena não havia como separar.

Então, mostramos nesse mapa que, em muitas regiões onde os Municípios têm pouca arrecadação, o ICMS Ecológico tem uma representação muito grande, e a criação da legislação de ICMS Ecológico induziu as Prefeituras a fazerem unidades de conservação municipais.

Peço desculpas pelo avançado da hora, mas eu acho importante nós visualizarmos, estarmos de olho nessa riqueza, e pensarmos na unidade de conservação como um espaço econômico, além, obviamente, de ela ser um espaço de conservação da biodiversidade e demais serviços ecossistêmicos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Eu agradeço as palavras ao Prof. Carlos.

Passo a palavra agora ao Sr. Andre Nahur, Diretor da CI — Conservation Internacional.

O SR. ANDRE NAHUR - Primeiramente, quero agradecer o convite ao Deputado Rodrigo Agostinho e à Deputada Joenia Wapichana — ela estava presente aqui, mas já saiu. É sempre um prazer estar aqui discutindo temas de fundamental importância.

Realmente, a discussão a que chegamos hoje em dia sobre a questão do estoque e da importância dos recursos naturais que temos para a economia nacional parte muito do cenário da falta de conhecimento desse recurso natural como ativo econômico. Eu acho que o Cadu falou um pouco disso. Isso conecta muito com como fazemos a conexão com as contas nacionais e como foi a história de colonização que nós temos no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Isso tudo se relaciona muito com a forma como nós conectamos toda essa questão da importância dos serviços ambientais para processos econômicos no mundo como um todo. Se nós pegarmos esses fluxos...

Esta aqui é uma modelagem da NASA que mostra um pouco de todas as dinâmicas e os fluxos de umidade no mundo como um todo. Vemos que poeira que saiu da África ajudou a semear e ajudou a produtividade dos solos da Amazônia. A manutenção desse fluxo é superimportante, porque os rios voadores da Amazônia também são fundamentais para a manutenção da produção agropecuária no Centro-Oeste.

Eu vou falar um pouco sobre os cenários potenciais de perda.

Quando olhamos a Amazônia, temos que ver que as áreas protegidas da Amazônia são importantes tanto para a produção hidrelétrica, como também para a produção agropecuária, e esta é a nossa base do PIB. Se nós não fizermos essa conexão de uma vez por todas e olharmos para frente da maneira como o Cadu trouxe, no sentido de que isso é um investimento para a manutenção da nossa economia, nós não vamos conseguir manter uma economia próspera para o futuro. E cada vez mais nós estamos chegando a esses pontos de não retorno de processos naturais que nós temos hoje em dia no Brasil. Estudos mostram que estamos chegando a 20% de desmatamento na Amazônia. Se nós chegarmos a 25%, a Amazônia entra num processo natural de degradação.

Nós temos outros processos relacionados com perda de cerrado, plástico nos oceanos, perda de coral, o que vai impactar também na produção pesqueira no País.

Então, quando nós olhamos esse cenário atual, de onde estamos chegando nos recursos naturais, ele é muito preocupante.

Ano passado foi o primeiro ano em que chegamos em agosto no cálculo do dia de sobrecarga da Terra, que é o dia em que a partir desse momento nós estamos entrando em cheque especial da humanidade no consumo de recursos naturais. No ano passado o dia foi em agosto, e nós estamos chegando cada vez mais cedo a ele. Agora estamos consumindo em torno de 1,8 Terras por ano. Daqui a pouco, esses recursos naturais vão ficar escassos, e nós não vamos conseguir repô-los. Então, é importante a conexão das unidades de conservação como ativo que faz a manutenção dessas áreas.

O Rodrigo trouxe um pouco qual é contexto atual das áreas protegidas. Eu acho que é essencial trazer que essa disposição de áreas protegidas no Brasil é fundamental pela manutenção de todo o ativo econômico que nós temos hoje em dia, como eu disse, tanto para o setor hidrelétrico, como para o setor agrícola. Hoje em dia, não seria possível ter 300 milhões de hectares produtivos no Brasil no setor agropecuário se nós não tivéssemos essa disposição de áreas protegidas.

Muito se diz que o Brasil é o país que mais tem áreas protegidas. Isso não é verdade. Vários outros países têm muito mais áreas protegidas do que o Brasil. O Brasil, hoje em dia, se compararmos a área produtiva por habitante, é o país que mais tem área produtiva por habitantes, e nós ainda assim somos o terceiro maior produtor de *commodities* agrícolas no mundo como um todo. Então, olharmos para o Brasil e para as áreas protegidas no âmbito de planejamento integrado de paisagem é fundamental, e as áreas protegidas entram nesse cenário fazendo esse papel essencial como um todo.

Isto aqui é o resultado do estudo apresentado pelo Rodrigo e pelo Cadu. Eu acho que são muito importantes esses números aqui, que estão em bilhões de dólares. Eu acho que foi até bom colocar esses dados aqui, porque o Cadu os foi passando muito rapidamente. Aqui eles estão compilados. Chegamos ao montante de 18 a 19 bilhões de dólares dessa valoração direta.

Eu gostaria só de reforçar um pouco esse primeira parte aqui, que o Cadu trouxe também, da questão do potencial e o que gera diretamente de economia dessas áreas produtivas. Nós já chegamos a esses montantes, que são bem altos, são bilhões de reais que geram a economia. E ainda não foi estruturada uma cadeia real de conexão de uma

produção de economia florestal. Então, nós estamos muito aquém, já com números relevantes do ponto de vista de produção econômica.

E há também vários outros pontos reforçados de valoração de ativos em cenários de redução de missões para o setor hidrelétrico. Vou pegar a deixa do Cadu para o meu estudo. O deles é otimista. Eu queria só reforçar que esse estudo é muito otimista, porque, na verdade, com o passar do tempo, com as dinâmicas macroeconômicas, isso vai aumentar o valor de várias *commodities*, nós vamos ter escassez — eu vou trazer isso. Então, provavelmente, esses números vão aumentar muito com o tempo. E é muito importante reforçar que esse número é baseado no que temos agora, nos cenários econômicos de agora, com o valor de carbono de agora. Temos vários processos que podem aumentar esses números de uma maneira muito grande.

Quando me convidaram para vir, sabendo que hoje o pessoal já iria falar sobre o quanto vale o verde, eu pensei em trazer um pouco desse olhar para o futuro, o que há nesse cenário, porque o Rodrigo e o Cadu trazem uma análise do que temos de ativo agora. Eu não queria trazer um olhar muito catastrofista, mas essa análise é muito otimista, porque o que nós temos agora de cenário de mudanças climáticas e mudança de uso do solo nos leva para processos de erosão muito preocupantes.

Como eu estava falando, nós temos pontos de não retorno de aumento da temperatura mundial. Nós já estamos chegando ao cenário de mudanças climáticas: já temos aumento de temperatura em regiões no Nordeste, por exemplo, de 4 ou 5 graus. Há pessoas morrendo de sede. Então, provisão de água, hoje em dia tem um valor econômico que, daqui a 10 anos, vai ser muito maior, porque será um bem escasso. Esse cenário mostra um pouco isso, o que gera várias consequências socioeconômicas para o País.

Isso é no geral. Falarei de maneira bem sintética por causa tempo. Poderíamos ficar um dia todo aqui falando sobre esses impactos. Nós vamos ter redução, em média, nos cenários mais otimistas, de 30% de disponibilidade hídrica em todas as regiões do País. A única região do País que vai ter mais água, no geral, vai ser a da Bacia do Rio Paraná, mas haverá um aumento concentrado. Esse aumento concentrado é o quê? Catástrofe, desastre natural, ou seja, o que gastamos hoje em dia no País com perdas por catástrofes naturais já chega a bilhões de reais também. A infraestrutura verde e as unidades de conservação são fundamentais para conter esse tipo de desastre. Isso também gera

impacto no setor econômico, tanto no setor de energia, quanto no setor de agricultura também, sem contar todas as perdas de biodiversidade que temos.

Essa aqui é uma modelagem que mostrava o grau de sensibilidade dos principais biomas no mundo todo com essas mudanças. A Amazônia e a Caatinga são os biomas mais ameaçados nesse cenário.

Então, o que nós temos de considerar é o nosso estoque de áreas protegidas de hoje que, daqui a 10 anos, 20 anos, vai estar ameaçado por processos naturais — isso sem contarmos com os processos antrópicos, de mudança de uso do solo, redução de áreas protegidas. Fizemos uma análise do Brasil: soltamos semana passada um artigo na *Nature* em que mostrava uma análise de redução de áreas protegidas no mundo. Verificamos que o Brasil lidera essa lista de países que mais reduzem áreas protegidas. Então, é importante nós considerarmos que essas áreas estão em constante ameaça. Todo o estoque que estamos vendo da Amazônia, hoje em dia, daqui a 10 anos, 20 anos, pode estar ameaçado de maneira bem complicada. Isso sem contar várias perdas que teremos de espécies econômicas para a comunidade.

Quem é do Cerrado sabe da importância do pequi para as comunidades do Cerrado. As modelagens que temos dizem que vamos perder de 40% a 50% da área de distribuição do pequi, na área do Cerrado, até 2050. Lá na Amazônia e na Mata Atlântica acontece a mesma coisa, e por aí vai.

Chegamos ao setor agropecuário, que hoje em dia tem toda relevância na economia nacional.

Estes cenários feitos pela EMBRAPA mostram toda a redução do potencial de área agriculturável no Brasil pelas mudanças de uso do solo e pelas mudanças climáticas também. Se nós tomarmos as principais culturas e safras no Brasil, vemos que elas têm um cenário de redução muito grande até 2050. O único que vai aumentar é o de cana.

Então, nós vamos ter redução de 40% a 50% em produções superimportantes para a alimentação das pessoas, até para o setor de soja, etc. A cana é uma das únicas que vai crescer. Isso se deve muito pelo aumento da temperatura como um todo. Então, a perda projetada a partir de 2020 para este setor é de 7,2 bilhões de reais por ano. Isso se dará em grande medida pela redução do estoque natural, aumento da temperatura.

Então, falo de novo que as áreas protegidas são fundamentais para aumentarmos a resiliência do setor. Sem as áreas protegidas, sem a manutenção dos estoques naturais,

este cenário vai ser um cenário otimista daqui a pouco. Então, é importante trazermos essas projeções também porque são as projeções futuras que vamos ter de perda nesse setores.

Para o setor hidrelétrico, para o nosso parque de geração de energia, hoje em dia o Brasil está com 67% de manutenção de energia que vem do parque hidrelétrico brasileiro.

Se formos pegar os cenários que temos, veremos que hoje em dia nós já documentamos redução de vazão nas principais bacias no Brasil todo. Então, em relação às principais hidrelétricas, eu estava falando num evento outro dia com o Presidente das distribuidoras do Nordeste, o cenário é de redução de 30%. O Presidente de uma distribuidora falou *"moço, este cenário está muito otimista. Nós já temos hidrelétrica operando com 30% da capacidade"*. Já houve uma redução de 70%, 60%. Isso é um cenário futuro. Então, essas são as perdas econômicas disso. E o investimento necessário, se realmente quisermos manter o crescimento econômico no País, não vai ser possível.

Essas modelagens mostram um pouco a perda para as principais hidrelétricas. Podemos ver ali que no geral esses cenários até inviabilizam economicamente esses sistemas. Muito hoje em dia já se reconhece e se discute — não sei se o Fernando vai falar sobre isto — a importância da restauração em áreas de represa para manter a vazão da água. Então, é importante trazermos a questão dos recursos naturais como provedores, de novo, dos nossos principais setores econômicos, senão isso vai gerar uma perda muito grande.

Já caminho para o término.

Esses foram cenários econômicos que nós fizemos com vários economistas, pessoas de vários setores, do setor privado, do Governo e etc. Nós criamos alguns cenários de desenvolvimento para o País, comparados com o cenário do desenvolvimento do Governo atual. Todos os cenários que temos, que são aqueles do laranja para frente, são cenários implementando medidas de descarbonização da economia. Isso representa implementação de metas de restauração brasileira de 12 milhões de hectares; manutenção de áreas protegidas; redução de emissões no setor agrícola.

Se implementarmos todas essas tecnologias e iniciativas, nós não teremos nenhuma perda no sistema econômico brasileiro. Pelo contrário, se formos à última

coluna, comparada com a azul, que é o cenário governamental, vemos que em todos temos ganhos econômicos.

Promover o cenário que está alinhado com a manutenção de áreas protegidas, restauração, fomento de cadeias produtivas e a tecnologia de baixas emissões é muito positivo para o crescimento da economia: redução de desemprego, aumento de PIB. Isso sem contar o potencial de valorizar o ativo econômico como um valor econômico também, que não estaria incluído aí e sem contar também todas as análises que o Carlos e o Rodrigo trouxeram da questão do valor desses créditos que o Brasil vai prover para a sociedade. Então, olhando para a economia, podemos, sim, nos desenvolver promovendo uma economia de baixo carbono. As áreas protegidas são um fator fundamental nesse processo.

Como eu coloquei, só fechando, hoje em dia se discute muito as soluções baseadas na natureza, dentre elas a restauração das áreas protegidas, a manutenção de estoques. Quando começamos a discutir áreas protegidas costeiras também há todo um serviço ambiental para aquelas áreas, redução de desastres.

Então, todas essas análises que trazemos é um potencial econômico muito grande do ponto de vista de custo/efetividade. E o custo/efetividade dessas iniciativas de infraestrutura verde, de soluções baseadas na natureza não chegam nem perto do que se perde hoje em dia investindo em infraestrutura cinza.

Barreiras. Em vez de fazer barreiras, fazer restauração. Então, há várias alternativas.

O tempo hoje é pouco. Só esse aqui já dá mais 1 dia de apresentações.

Então, eu queria dizer que hoje em dia precisamos realmente olhar para essas questões, a oportunidade econômica desses setores. Elas se conectam com várias iniciativas dentro desta Casa que deveríamos priorizar. Sobre o Código Florestal, é um grande problema adiar prazos, porque isso desvaloriza quem reconheceu esse processo. Há também a questão da manutenção e restauração. Há um passivo muito grande de restauração que vai ser fundamental.

O projeto de lei de pagamento de serviços ambientais está parado há muito tempo. Seria fundamental criar um tipo de sistema que vai gerar um pagamento, gerar um ativo econômico e valorizar esse serviço e também toda a criação da implementação de instrumentos econômicos dentro do Código Florestal também são fundamentais de

priorizar, porque nós não vamos conseguir fazer isso sem os devidos incentivos econômicos.

Nós temos todas as oportunidades. Falta esse olhar para frente, para o futuro, esse olhar estratégico, conectar e ver que realmente o Brasil pode ser uma vanguarda no mundo com produção agrícola, geração hidrelétrica, conservação do meio ambiente e geração de emprego, redução de desigualdade e manutenção do meio ambiente como um todo.

Termino 1 minuto antes. Vou deixar esse crédito de carbono e de reserva legal para os meus companheiros.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Prof. Andre, agradeço as suas palavras.

Quero dizer que a Câmara dos Deputados está discutindo, com muita maturidade, um projeto sobre pagamento de serviços ambientais. Nós estamos com grande chance de aprová-lo ainda este ano. Esse projeto está caminhando bem aqui na Câmara dos Deputados, inclusive com o acordo da bancada ruralista. Então, como é um projeto prioritário e sobre o qual existe hoje consenso entre ambientalistas e ruralistas, pelo menos esta pauta eu acredito que avança.

Ao mesmo tempo, nós também temos inúmeros projetos para mudar categorias de unidades de conservação, para reduzir o tamanho de áreas protegidas, para mexer no Código Florestal, para flexibilizar a punição dentro da Lei de Crimes Ambientais. Enfim, nós temos também outro universo paralelo que joga contra a conservação. Então, é um debate que nós estamos fazendo aqui, e, com certeza, os dados que você traz são muito enriquecedores.

Passo a palavra ao Dr. Leandro Mitidieri Figueiredo, que é Procurador da República e Coordenador do Grupo de Trabalho Unidades de Conservação da 4ª CCR do Ministério Público Federal.

O SR. LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO - Bem, na minha opinião, vivemos um momento sombrio para o meio ambiente. Meu nome é Leandro Mitidieri. Sou Procurador da República e coordeno o Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação do Ministério Público Federal, também sou membro de um outro grupo de trabalho sobre comunidades quilombolas, o GT Quilombos.

No nosso Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação, nós tínhamos, lá nos idos de 2014, 2015, uma ação coordenada nacional que se chamava MPF em defesa das unidades de conservação, em que nós observávamos um aumento da criação dessas unidades, o que foi até colocado aqui em alguns gráficos, em que o Brasil passou a ser inclusive o país que mais criou unidades de conservação na gestão da Marina Silva como Ministra do Meio Ambiente.

Naquela época, o que observávamos é que até essa ação do País foi para cumprir os 17% das Metas de Aichi. Não cumprimos essa meta, em que o País, como nós sabemos aqui, compromete-se a proteger um percentual de áreas terrestres e de áreas marinhas. Então, o País tinha conseguido, na parte terrestre, atingir esse percentual. Na época, qual era a preocupação do Ministério Público Federal? Era acompanhar essa criação de unidades de conservação, no sentido de que elas saíssem do papel. Isso porque nós observávamos a criação na lei, no decreto, mas na prática, na ponta, o colega lá no interior da Amazônia ou em outros biomas não via praticamente nada acontecer. Nós tentamos inclusive estipular o mínimo para dizer que uma unidade de conservação existe. Nós trabalhávamos com três elementos: a criação, o plano de manejo e a consolidação territorial e o Conselho Gestor. Então, eram necessários pelo menos esses três elementos. Isso tudo eu estou falando das unidades de conservação federais no âmbito do Ministério Público Federal, porque nós também acompanhamos a luta em cada Estado dos empenhos estaduais, uma luta tão árdua quanto.

O que nós observamos naquela época é que, de fato, nós tínhamos atingido a criação desse número grande de unidades de conservação, mas praticamente nenhuma das unidades de conservação tinha consolidação territorial. E, para nossa surpresa, um grande número nem plano de manejo tinha. Era a mesma coisa em relação ao Conselho de Gestor.

Naquela época era uma ação coordenada. Os colegas abriram procedimentos e inquéritos civis para acompanhar, com rol de medidas que íamos tomar para que essas unidades de conservação saíssem do papel. Mas, na verdade, o que observamos depois é que a abordagem para a questão ambiental já muda. Nós passamos a ter um interesse desenvolvimentista representando uma certa barreira para a implementação dessas unidades de conservação. No ano passado, nós começamos a ter algo — já tínhamos um pouco disto — com mais ênfase na redução ou extinção das unidades de conservação.

Para quem olhava lá atrás, esperando que aquilo que tinha sido criado na lei saísse do papel, percebeu que nós mudamos toda a estrutura do MPF nesse embate, para começarmos a tratar dos vários projetos de lei, daquelas novelas todas do ano passado, como Jamanxim, que todos nós acompanhamos aqui para lutar pelo que nós tínhamos.

Eu noto que agora entramos num outro cenário, em que a coisa torna-se mais sombria ainda. Se antes era, lá atrás, um interesse desenvolvimentista, depois passou a ser uma preponderância dos interesses do agronegócio, fazendo votações passarem de forma acelerada nesta Casa. Hoje, notamos que não dá para identificar nem o desenvolvimentismo nem os interesses do agronegócio, e sim um ódio ao meio ambiente. Isso fica plasmado numa declaração de que vão ser revistas todas as unidades de conservação. Isso foi declarado. É algo que, se analisarmos seriamente, vemos que nem é possível de se fazer, mas a declaração por si só já mostra o que se pretende em relação a isso. É algo a se pensar para quem lida com as unidades de conservação. Eu hoje estou como Procurador da República na Região dos Lagos. Então, vão rever a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo? Por quê?

Então, notamos que há mais do que estudos ou interesses econômicos, que já são perigosos, porque temos que entendê-los. Aqui foi belissimamente explicado que unidade de conservação não conflita com interesse econômico. Há uma forma de podermos extrair benefícios econômicos das unidades conservação, mas hoje não me parece que seja isso, parece-me uma coisa mais grave. E isso se reflete — acho muito séria essa oportunidade para fazermos esse registro — na verdadeira batalha que está sendo travada lá na ponta, em que entidades como o IBAMA e o ICMBio, no âmbito federal, estão sendo completamente desmanteladas.

Estava prevista a vinda do Presidente do ICMBio ou de alguém do Ministério do Meio Ambiente. Eu adoraria tê-los aqui, porque queremos entender o que está acontecendo. Por exemplo, falou-se aqui da questão da fiscalização da pesca. Tenho vários estudos, inclusive um trabalho mais na área jurídica, em que me aventuro nos temas dos nossos técnicos da mesa — eu sou da área jurídica —, mostrando como as criações de espaços, de áreas protegidas no mar, as unidades de conservação marinhas, representaram o aumento dos recursos pesqueiros e como o sucateamento disso chega ao que enfrentamos hoje na ponta, que é um total desespero por parte de tudo quanto é tipo de pescador.

Nós ainda temos um trabalho para que os Municípios façam a fiscalização no entorno da costa. Nós notamos — já estou com vários inquéritos buscando isso agora na Região dos Lagos —, por exemplo, que a pesca em alto-mar praticamente não sofre mais fiscalização, normalizou-se essa ideia.

Então, eu acho que devemos entender o quadro como um todo — se der tempo, espero chegar às partes mais objetivas da questão econômica das unidades —, porque desde a primeira alteração do Código Florestal, alguns chamam esse novo código de "Código Desflorestal", nós já tivemos a mitigação de alguns dos institutos, alguns desses ETEPs — espaços territoriais especialmente protegidos, que eram as APPs — áreas de preservação permanente e as reservas legais. Esses institutos de muitos anos que seguraram de alguma forma as propriedades privadas, áreas de produção agrícola, no novo Código Florestal, já sofreram algumas mitigações.

Agora tivemos outra pancada, que é a Medida Provisória nº 867, de 2018, votada aqui pela Câmara e enviada ao Senado. Não sei se o Senado vai votá-la, não entendemos dessa parte, mas ainda não votou, inclusive houve reuniões sobre isso. Acho que o Maurício Guetta, que acabou de chegar, participou de uma reunião sobre essa MP.

Mas o que temos de entender neste quadro, para olharmos como um todo, é que, se enfraquecerem esses institutos, APP e reserva legal, o que vai sobrar? Qual vai ser o outro espaço territorial especialmente protegido lá no art. 225 da Constituição da República? As unidades de conservação. E com essa nova investida agora que tenta flexibilizar, reduzindo ou extinguindo a unidade de conservação, acaba-se fulminando os ETEPs — espaços territoriais especialmente protegidos, que estavam representando alguma proteção. Isso não é só no campo.

Eu atuei muito tempo na Amazônia, no Nordeste. Mas, se você olhar uma cidade, por exemplo, do Estado do Rio de Janeiro, que viva da questão da natureza, que pulse por ela, como Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, você vai notar que as unidades de conservação são aquele limite. Lá o Parque Estadual da Costa do Sol foi preservado, o verde ainda existe na costa. Passa-se a seguinte mensagem: *"Aqui pelo menos não vai haver especulação imobiliária."* E é isso que agora também sofre essa nova investida. Se você trabalhar com unidade de conservação, como você trabalha na luta para preservar APPs de orla de praia, em lugar já urbanizado, quem já trabalhou ou chegou perto de trabalhar com isso, sabe a luta inglória que é isso. E em reservas legais é a mesma coisa.

Em reserva legal há um problema seríssimo de se ver cumprido o básico. Se tomarmos como base todas as flexibilizações do último código, vamos ver que é dificílimo haver isso nas propriedades rurais.

Então, se desconsiderarmos também a proteção da unidade de conservação e ela virar uma colcha de retalhos ou alguma coisa flexibilizada como os outros espaços territoriais especialmente protegidos, realmente vamos ter um desastre, porque é a última área, é a área em que você diz: *"Aqui não!"*

De lá para cá, na parte jurídica, nós temos nossas iniciativas.

Ainda sobre a questão do desmatamento, recentemente o Ministério Público Federal ajuizou 1.400 ações contra o desmatamento só na Amazônia. Já estamos organizando agora uma forma de enfrentar essa investida sobre a revisão de todas as unidades de conservação e chegamos também a essa parte que eu acho que é também um tema mais específico aqui desta reunião. Volto a dizer que essas reuniões parecem algumas audiências públicas que fazemos no MPF também, em que temos os já convertidos, pregamos para os já convertidos, quando na verdade tínhamos esperança de, num momento como este, estar debatendo com os setores que não entendem que liberar a pesca é acabar com a pesca. Conversem com qualquer pescador. Desmatar a Amazônia é acabar com a umidade que chega ao Centro-Oeste, recordista de grãos, de soja, mas que sem a Amazônia ele não chega a esse ponto. A mesma coisa vai ocorrer no Cerrado, no Nordeste. Enfim, seria uma oportunidade de debater aqui com esses setores.

Outro ponto que se coloca — acho que as próximas falas vão abordar isto, como a do Grupo Cataratas — é a questão da concessão de uso público das unidades de conservação. Nesse cenário inseriu-se uma modificação legislativa no ano passado, para também se avançar na questão da concessão em áreas de unidades de conservação. A concessão que a lei chama de uso público são algumas modalidades de uso público.

Também surgiu uma lei que chegou ao nosso GT do MPF que era a lei de São Paulo, que avançou mais e acabou abordando aspectos que devem também ser abordados. E aí eu faço só esta contribuição, não sei se vamos tratar mais desse ponto, mas o MPF, ao abordar essa questão de concessão das unidades — foi colocada aqui também a possibilidade econômica que elas têm —, chegou à conclusão de que temos de nos atentar para a prioridade que deve ser dada para as comunidades tradicionais. Eu vou citar um exemplo nesse tempo que já acabou. Houve um evento em São Paulo sobre

turismo em unidade de conservação, sobre parcerias público-comunitárias. Ao se falar em turismo em unidade de conservação, deve-se analisar primeiro — nós extraímos essa interpretação da lei São Paulo — se vai impactar a comunidade tradicional, tem que se fazer a consulta prévia informada, segundo a Convenção nº 169. Em segundo lugar, deve-se estudar uma preferência para que essa comunidade faça o que ela já vem fazendo em geral, que é praticar essa parte do turismo, beneficiando-se dessa concessão, desse uso público. Esse é um dos aspectos.

Nesse tempo reduzido, eu abordaria mais um outro aspecto importante, que é também termos em mente que, para uma unidade de conservação ser concedida, ela tem que ter a sua implementação concluída. Por exemplo, isso a lei de São Paulo também surpreendeu. Eu estou citando essa lei porque foi a lei mais contestada, mas ela, por incrível que pareça, é melhor que a lei federal. Temos que ter pelo menos plano de manejo. Temos exemplos dos locais que deram muito certo, e acho que essa experiência não vamos conseguir levar a todos, não vai ser a solução para as unidades de conservação, lá não sei onde, sem esse apelo turístico, mas precisamos pelo menos que isso seja um fator de dar uma troca para o meio ambiente. Temos que exigir que esse plano de manejo tenha sido concluído e que a concessão esteja de acordo com as finalidades da unidade de conservação.

Já acabou meu tempo. Eu agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Agradeço as palavras do Dr. Leandro, Procurador da República.

Passo a palavra agora ao Fernando Henrique Sousa, Diretor do Grupo Cataratas.

Eu e o Fernando temos nos encontrado em vários eventos nas últimas semanas. E fico feliz que você tenha atendido ao nosso convite.

Quero aproveitar para agradecer também a presença hoje aqui do Deputado Nilto Tatto e dos Deputados que passaram por aqui, a Deputada Joenia Wapichana e o Deputado Fred Costa, que estão sempre presentes nos nossos debates.

O SR. FERNANDO HENRIQUE SOUSA - Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Presidente Rodrigo Agostinho pelo convite. É uma honra estar aqui. Fui convidado para dar o depoimento da iniciativa privada e contar um pouco desse contexto, como vemos essa possibilidade de valoração das unidades de

conservação como geração de valor para a sociedade, e do que vimos fazendo com um exemplo prático no campo das concessões de unidade de conservação pelo uso público.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sou diretor institucional do Grupo Cataratas, que pertence ao que se chama hoje de economia verde. O grupo é uma das empresas que está atuando nesse movimento de utilizar os recursos naturais de maneira sustentável como alternativa econômica de um novo modelo econômico.

Eu acredito que tem bastante importância trazer à discussão o último relatório da ONU sobre o meio ambiente publicado há 3 semanas que mostrou que quase 1 milhão de espécies de animais e plantas infelizmente enfrentam risco de extinção até 2030, justamente o prazo dos ODS, sobre os quais vimos discutindo.

Isso traz uma reflexão bem séria e importante neste momento para esta pauta de discussão basicamente porque o art. 225 da Constituição Federal prevê que é uma obrigação do poder público e também da coletividade cuidar da qualidade ambiental. Então, quando falamos que a coletividade também deve cuidar da qualidade ambiental, estamos convocando toda a sociedade, e a iniciativa privada incluída, a participar ativa e diretamente dessa conservação, e não somente o poder público.

Diante disso, vimos fazendo uma série de trabalhos no sentido de apoiar a conservação. O Grupo Cataratas está presente em seis unidades, em seis parques, sendo que três deles são unidades de conservação federal. Estamos desde 1999 no Parque Nacional do Iguaçu, fazendo a gestão de apoio à visitação do uso público, com as Cataratas do Iguaçu. Também estamos em Noronha, no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, com uma concessão que cuida de uma parte do parque, e no Parque Nacional da Tijuca, onde fazemos a gestão e o apoio da visitação no acesso ao Cristo Redentor, dentro do parque.

Além disso, temos três outros negócios que são vinculados à natureza. Atuamos no Aquário Marinho do Rio de Janeiro e fazemos um trabalho de pesquisa e conservação muito forte lá no Rio de Janeiro. Recentemente, nós nos tornamos concessionário do zoológico do Rio de Janeiro e estamos fazendo uma grande reforma para tornar o zoológico do Rio de Janeiro um bioparque voltado para a conservação de espécies silvestres ameaçadas. Também atuamos no Marco das Três Fronteiras, um parque em Foz do Iguaçu que revitalizamos para homenagear as missões jesuíticas.

Portanto, atuamos em seis parques altamente visitados, com um total de 6 milhões de visitantes ao ano, o que faz com que tenhamos orgulho e honra de poder atuar também em três patrimônios da humanidade, que são essas três unidades conservação nas quais trabalhamos.

Começamos o nosso trabalho em 1999 como concessionário do ICMBio. E eu acho que na época foi uma ousadia do IBAMA fazer esse edital de concessão do qual participamos e cuja licitação ganhamos para prestar algum serviço dentro do Parque Nacional, que tinha uma visitação bem desestruturada. As pessoas iam a Foz do Iguaçu para fazer compras no Paraguai e davam uma passada no Parque Nacional do Iguaçu. Mesmo assim, na época, já havia 500 mil visitantes no Parque Nacional, mas de uma maneira bastante desregrada. Por exemplo, havia atropelamento de fauna acontecendo lá por conta da visitação desregrada. Havia uma série de problemas com resíduos também à beira das cataratas. As pessoas iam fazer piqueniques lá de uma maneira desregrada.

E o que aconteceu a partir da concessão foi uma reorganização da visitação, com implementação de infraestrutura. Investimos na época cerca de 80 milhões de reais e agora fazemos uma série de reinvestimentos contínuos no Parque Nacional para ter ordenamento da visitação, apoiar a conservação através desse ordenamento e fazer um trabalho em parceria com o ICMBio da gestão dessa visitação.

Em Iguaçu também há outras concessionárias. Existe a ideia de que a Cataratas do Iguaçu S.A. é a única concessionária do Parque Nacional do Iguaçu, mas não o é. Lá há um hotel que é concessionado, passeios de barco e de helicópteros são concessionados também. Existem outros *players* que estão atuando nesse mesmo movimento da economia verde conosco. Lá trabalhamos fundamentalmente com bilheteria, serviço de fotos, restaurantes e bares, estacionamento, transporte e loja de suvenires.

Há também um trabalho de bastidor que as pessoas geralmente não conhecem e que acabamos realizando de uma maneira intensiva, diariamente, durante 365 dias por ano: o serviço de apoio a essa gestão ambiental para que a visitação possa ocorrer. Saímos de 500 mil visitantes, como eu mencionei, para hoje termos quase 2 milhões de visitantes, em 2019. Nós devemos chegar a esse número até o final do ano, principalmente por conta de um sucesso que as pessoas vão buscar nesses parques. Além de elas poderem usufruir e terem a possibilidade de conhecer uma das maravilhas naturais do planeta, como a Cataratas do Iguaçu, geramos a oportunidade de fazerem

essa visita a um lugar, por exemplo, em que há um banheiro limpo, no qual uma mãe pode levar um bebê e trocar a fralda dele num trocador de fralda. Nós conseguimos dar às famílias a possibilidade de visitarem os parques nacionais, e não apenas aos mochileiros — eu também sou mochileiro e gosto de fazer montanhismo —, aos bichos-grilos. Esperamos que essa visitação seja ampliada para um espectro maior da sociedade brasileira.

Isso se faz com todo um trabalho de gestão diário, como a gestão dos efluentes e dos resíduos que realizamos, a manutenção diária e contínua das estruturas. É feito continuamente um trabalho de educação ambiental. Por exemplo, ali é uma imagem de uma árvore que caiu no meio da estrada. De madrugada, colocamos uma equipe para retirá-la, para que no dia seguinte... Não podemos parar. No meio de um feriado, como Páscoa, *réveillon*, é impossível parar a visitação.

Nós fazemos um trabalho muito forte em educação ambiental. Nós recebemos escolas e grupos de igrejas e também fazemos um serviço que é bem raro, em unidade de conservação do Brasil, que é um serviço de ambulatório. Nós temos equipe de enfermagem e duas ambulâncias preparadas para atender todo tipo de caso que temos por lá. Isso fez com que chegássemos, em 2018, ao patamar de 1,8 milhões de visitantes ao Parque Nacional do Iguaçu, de 147 países diferentes. Recebemos visitantes do mundo todo, de todos os países, inclusive Uzbequistão, Cazaquistão. O Parque Nacional do Iguaçu é um patrimônio da humanidade disponibilizado para todo esse público.

No Rio de Janeiro, temos a concessão da visitação no Parque Nacional da Tijuca. Fizemos um trabalho muito forte de revitalização de um antigo hotel que existia lá, o Hotel das Paineiras, onde ficava a Seleção Brasileira nas décadas de 1960, 1970. Ele estava abandonado dentro do Parque Nacional da Tijuca, num ponto estratégico, com uma vista maravilhosa e deslumbrante da Praia de Ipanema. Nós fizemos um trabalho de revitalização, através dessa concessão. Revitalizamos todo o prédio, modernizamos e valorizamos esse patrimônio, um trabalho feito em parceria com o IPHAN e o ICMBio. Hoje, nós disponibilizamos para a sociedade, desde os Jogos Olímpicos, um centro de visitantes no Parque Nacional da Tijuca, que faz o ordenamento da visitação para aquelas pessoas que vão visitar o Cristo Redentor. Antigamente, existia certa desorganização naquela visitação, as pessoas ficavam debaixo do sol, da chuva, assediadas pelos ambulantes. Hoje temos uma estrutura em que, entre outras coisas, disponibilizamos para

o visitante restaurantes e bares, para que ele possa usufruir daquela vista do Rio de Janeiro também; temos a maior exposição sobre Mata Atlântica em uma unidade de conservação, tudo com uma série de tecnologias interativas para as famílias poderem brincar com aquelas atividades; e um serviço de transportes que é regularizado, dentro da unidade, para fazer essa visita ao Cristo. Tudo isso faz parte desse conjunto de serviços que oferecemos como parte desse contrato de concessão.

No Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, estamos justamente na área que faz parte do Parque Nacional Marinho. Não estamos na APA de Fernando de Noronha, e sim em algumas praias do Parque Nacional Marinho, ordenando também a visitação. Antigamente, a visitação era bem desordenada, havia problemas com sedimentos, que caíam ali no costão rochoso. Com esse ordenamento, conseguimos estruturar a visitação e hoje conseguimos, por exemplo, entre outras coisas, fornecer um serviço de acessibilidade para o visitante, garantindo um maior número de visitantes, que outras pessoas também consigam acessar esses locais, com serviços de apoio e tecnologia para fazer a gestão ambiental dentro dessas unidades.

Então, em vez de haver um banheiro com uma fossa negra, pode se ter uma gestão de efluentes com sistema de reuso, porque está previsto no contrato de concessão que haja esse tipo de serviço.

Acreditamos que, para funcionar essa lógica, está sendo muito discutida ultimamente essa questão de ampliar as concessões no Brasil. Entendemos claramente que não é de maneira trivial que isso pode acontecer. Pela experiência que acumulamos, só existe uma possibilidade de se ter sucesso nessa política: usar a lógica "ganha-ganha-ganha". Não entendemos que possa ser de outra forma.

Então, o poder concedente tem receita com outorgas impostas, com a revitalização do patrimônio e com a educação ambiental. A concessionária, obviamente, tem crescimento. Temos tido crescimentos constantes de visitação, principalmente lá em Foz do Iguaçu, com taxas crescentes anualmente. E isso reflete em todo o entorno da cidade de Foz do Iguaçu. Acho que estamos fazendo aqui um trabalho que faz parte de uma política pública. Então, ele precisa estar focado no interesse público dessa estruturação; precisa, sim, como o procurador colocou, ter uma integração com a sociedade local para que isso possa acontecer de maneira harmoniosa; e precisa ter uma melhor acessibilidade também, mas sobretudo estar focado no desenvolvimento regional.

Entendemos que a política de concessões deve estar inscrita numa política de desenvolvimento territorial local, que é o que a unidade de conservação pode gerar.

Ali, eu trago o exemplo do Parque Nacional do Iguaçu. Quando falamos de concessão, há muitos mitos associados a ela, e eu queria mostrar para vocês o Parque Nacional do Iguaçu. Dá para ver, pela imagem de satélite, exatamente o desenho do Parque Nacional do Iguaçu, que está pressionado pela produção de grãos no seu entorno. A área concessionada corresponde somente àquela área hachurada em amarelo, ali embaixo. Então, em menos de 0,5% do Parque Nacional está a concessão, área onde ocorre a visitação das cataratas. O Parque Nacional tem 180 mil hectares.

Então, a área toda do Parque Nacional é muito maior do que a concessionada. E só por isso, por ter essa área maior, é que há a possibilidade, por exemplo, de garantir a vida e a reprodução da onça-pintada no Parque Nacional. Por isso, a gestão do setor privado está somente naquela área de 0,5%. Em todo o restante, ainda precisamos de uma governança forte do ICMBio, para que seja garantida a conservação daquele restante da unidade.

Este é, de fato, um trabalho em parceria público-privada. Entre outras coisas, passamos a fazer junto com os servidores da unidade um trabalho em parceria com todo o entorno, para integrar o entorno dentro desse processo da criação de valor da concessão. Então, passamos, por exemplo, a fazer compras da nossa cadeia de valor prioritariamente nos Municípios do entorno do parque. Hoje, por exemplo, compramos de Municípios como Capanema, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, que compõem os 14 Municípios que fazem parte da Zona de Amortecimento do Parque Nacional. E assim conseguimos englobar mais de 517 pequenos empreendedores do entorno do parque, que fazem parte dessa cadeia de valor. Isso gerou para nós a possibilidade de termos, entre outros fornecedores, uma cadeia de pequenos agricultores familiares. São 40 famílias que fornecem para os nossos restaurantes e bares diretamente, todos os dias, produtos da agricultura familiar. Antigamente eles não tinham vazão para esses produtos. Antigamente, esses produtos não tinham vazão quando o PNAD, por exemplo, não estava previsto naquele ano. Nós passamos a comprar desses produtores e passamos inclusive a incluí-los dentro dessa cadeia, fornecendo os produtos para o nosso restaurante diretamente.

Então, eles passam hoje a ser fornecedores contínuos dessa cadeia de valor, junto com todo tipo de serviço: de *marketing*, de agência de publicidade, de mecânica dos nossos ônibus. Nós prioritariamente escolhemos prestadores de serviço ali do entorno.

Nós conseguimos gerar com isso hoje mais de 140 milhões de reais investidos em compras diretas, dos três pares onde nós atuamos, fazendo compras, por exemplo, de suvenir. As camisetas que nós vendemos para o turista, nas quais está escrito *"Você visitou as Cataratas",* vem prioritariamente de pequenos produtores que são ali do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, de uma pequena fabriqueta em Foz do Iguaçu. Isso fez com que chegássemos a um patamar hoje de 80% de produtores locais que estão na nossa cadeia de valor.

Há um caso bem interessante que nós conseguimos construir junto com a questão da onça-pintada. Recentemente, com a reprodução da onça-pintada no Parque Nacional do Iguaçu, nós começamos a valorizar a biodiversidade por meio da produção de produtos. Então, nós criamos, por exemplo, a cerveja da onça-pintada, nós passamos a produzir camisetas da onça-pintada para vender mais para os nossos visitantes. Esses dois produtos são feitos por produtores locais. A cerveja é uma produção local artesanal e a camiseta é feita em Capanema, um dos Municípios que antigamente tinha mais conflitos com o ICMBio por conta do Parque Nacional. Nós passamos a comprar diretamente desses caras. Hoje, parte dessa receita gerada por meio desses produtos é revertida para conservação. Nós apoiamos projeto de monitoramento da onça-pintada com 10% do valor gerado por essas vendas.

Finalmente, Presidente, não vou me alongar, nós temos alguns números que são bem relevantes do ponto de vista da arrecadação pública. Nós geramos, no total, no ano passado, 35 milhões de reais em repasses diretos para a administração federal com essas três concessões federais e 26 milhões de reais em impactos diretos em impostos e outorgas, seja na esfera federal, seja na estadual, seja na municipal. Então, nós temos um montante relevante hoje.

Nós apoiamos, entre outras coisas, projetos de pesquisa e de conservação associados a essas atividades que nós realizamos. Por exemplo, nós realizamos atividades de apoio à reintrodução da fauna no Parque Nacional da Tijuca, oriundo dessa parceria que nós temos com o ICMBio.

Para finalizar, eu acho que nós temos seis pontos que eu elenquei para nós podermos fomentar essa política de concessões, de fato. O primeiro ponto, do qual não temos como fugir, é a melhoria da gestão regulatória, quer dizer, nós precisamos melhorar a capacidade institucional instalada do ICMBio, e não o contrário. Nós precisamos reforçar que os órgãos ambientais tenham capacidade para poder gerar e fazer a gestão desses ativos, diferente do que nós vimos tendo hoje, um discurso no sentido de diminuir a carga do Estado no caso das concessões.

Há também a possibilidade de realização de PMI, quer dizer, o setor privado pode apresentar propostas já mais bem acabadas para o setor público, para serem consideradas num futuro processo de concessão. O concurso de projetos, o concurso de ideias pode aumentar e ampliar a capacidade do Estado de gerar novos produtos, novos serviços nessas unidades.

Há também parcerias potenciais com BNDES, SEBRAE, PPI, entidades que já têm uma capacidade instalada e que podem apoiar o ICMBio nessa empreitada de ampliar as concessões no País.

É isso, Presidente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Célio Studart. PV - CE) - Gostaria de passar a palavra para a Erika Guimarães, Gerente de Áreas Protegidas da Fundação SOS Mata Atlântica, representante da Coalizão Pró-Unidades de Conservação.

A SRA. ERIKA GUIMARÃES - Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria começar a minha fala agradecendo ao Deputado Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão, pela oportunidade de vir aqui falar de um tema tão importante, tão relevante, tão estratégico para o País.

Mesmo que nós estejamos falando, como disse o procurador, para uma audiência qualificada, que entenda daquilo que nós estejamos falando, eu acho que nós temos um desafio importantíssimo como sociedade, que é espalhar isso não só pelos corredores deste Congresso, mas também para outras áreas de espaços importantes de tomada de decisão nos quais nós atuamos, com uma narrativa diferente em torno das unidades de conservação, muito diferente daquela que tem sido veiculada, daquela que tem sido massivamente dita.

Eu acho que nós tivemos hoje uma tarde incrível, uma oportunidade de mostrar dados muito interessantes, muito relevantes de como essas áreas são, de fato, um ativo para o nosso País, de quanta oportunidade, quanto potencial nós temos para transformar o País e, quem sabe, até de tirá-lo da crise com esse ativo, com essa potência ambiental que é o Brasil, que tem as unidades de conservação como uma ferramenta importantíssima nesse sentido.

Pelos dados que nós vimos aqui hoje, unidades de conservação são reconhecidamente uma das ferramentas mais importantes para se conservar não só a biodiversidade, mas também os serviços ambientais, as espécies, as paisagens, todo o patrimônio histórico, cultural protegido por essas áreas, os saberes tradicionais. Então, elas são uma ferramenta muito importante para conservar todo esse ativo que nós temos e também para trazer soluções para o desenvolvimento de um país megadiverso como o Brasil, que tem um compromisso inclusive ético de conservar esse patrimônio. Nosso País tem esse ativo, essa potência que é a natureza, como solução para o seu desenvolvimento socieconômico.

Eu sou da Fundação SOS Mata Atlântica, mas eu estou com o desafio e, ao mesmo tempo, a honra de falar aqui em nome dos meus colegas da Coalizão Pró-Unidades de Conservação. Para quem não conhece, a Coalizão é um conjunto de organizações que se reuniu há cerca de 4 anos. Todas essas organizações trabalhavam na sua agenda com o tema das unidades de conservação, mas nós percebemos que juntos nós seríamos capazes de fazer uma diferença maior no cenário. Então, nós nos reunimos há cerca de 4 anos.

Hoje nós temos pelo menos dez organizações da sociedade que compõem a Coalizão Pró-UCs, muitas delas representadas aqui na Mesa, como a SOS Mata Atlântica, a Conservation Internacional, e no plenário, como o WWF, o IPÊ, a IUCN, o Semeia, a TNC e muitas outras.

A agenda da Coalizão tem sido basicamente trabalhar com o monitoramento das políticas públicas que afetem o SNUC — Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Temos tido bastante trabalho, os senhores podem imaginam, em relação a isso, com os projetos de lei e outras iniciativas que partem do Executivo e que afetam o conjunto das unidades de conservação do País.

Por outro lado, eu acho que esta audiência também cumpre uma missão importantíssima, em alguma medida, que é falar para a sociedade brasileira sobre a importância dessas áreas. Eu acho que uma parcela significativa dos brasileiros desconhecem o que são unidades de conservação, desconhecem a importância dessas áreas e desconhecem por que devem se engajar nessa causa e defender essa agenda também. A agenda do uso público, falada aqui, é uma ferramenta importantíssima, sem dúvida alguma, para esse caminho do engajamento. Então, essa tem sido mais ou menos a missão da Coalizão.

Vou pedir licença aos meus colegas para ler um discurso que foi escrito por vários colegas da Coalizão e que abarca muito os temas e os dados que foram ditos aqui hoje. Acho que não é um problema repetir isso, porque, como eu disse, precisamos dar voz para esse conhecimento, para essa informação, para alastrá-la cada vez mais. Ao final da minha fala, Deputado, eu vou entregar este manifesto da Coalizão em defesa das agendas das unidades de conservação. Vamos encaminhar este discurso para a Comissão de Meio Ambiente. Esperamos que essa informação e esses dados que estão aqui disponíveis sirvam também para o trabalho de defesa que muitos Deputados que estão na Comissão de Meio Ambiente fazem em relação a esses projetos que impactam o SNUC.

> *Cada lâmpada acesa no Brasil tem uma contribuição das Unidades de Conservação (UCs), ainda que a maioria delas esteja localizada na Amazônia. Estudo sobre a importância econômica dessas áreas protegidas* — que foi amplamente divulgado aqui hoje, retratado no livro *Quanto vale o verde?*, cujos organizadores estão aqui na nossa mesa — *estima que dependem das UCs mais de quatro a cada 10 megawatts de energia gerada em usinas hidrelétricas, que respondem por 65% da eletricidade produzida no país. Além disso, aproximadamente um a cada quatro litros de água consumidos no Brasil também dependem das UCs, na forma de proteção de mananciais.*
>
> *Os benefícios proporcionados por áreas de proteção extrapolam os limites do território brasileiro. O mesmo estudo citado acima, intitulado "Quanto vale o verde?"* — amplamente falado aqui hoje —*, estima que as Unidades de Conservação estoquem uma quantidade de carbono equivalente a 4,6 vezes o total das emissões brasileiras em 2016, contribuindo para conter os efeitos das*

mudanças climáticas — ou seja, não há caminho possível para a solução climática do Brasil sem contar com a contribuição das unidades de conservação*. Somados, os benefícios hídricos e o valor do estoque de carbono das UCs, chega-se a um benefício anual estimado em R$ 190 bilhões por ano.*

A visitação em áreas protegidas — que também foi muito demonstrada e debatida e é um recurso importantíssimo dessas unidades — *continua tendo grande destaque como elemento da dinamização econômica* — sobretudo nos Municípios de acesso a essas unidades de conservação*. Cerca de 17 milhões de visitantes que foram registrados em 2016, com impacto sobre a economia estimado até 6 bilhões anuais* — isso já foi aqui apresentado e demonstrado pelo Cadu —*, correspondendo a uma geração de cerca de 133 mil ocupações de trabalho. A presença de UCs responde ainda por 44% do valor total do ICMS ecológico dos municípios de treze estados brasileiros. Esse valor foi estimado em cerca de R$ 776 milhões para o ano de 2015.*

Um estudo que nós fizemos na SOS Mata Atlântica, que será divulgado e lançado no próximo mês, mostra que para alguns Municípios — e o Município de Niterói é um deles — o valor de arrecadação do ICMS Ecológico, pela presença de unidades de conservação, é superior à dotação orçamentária do Município para a Pasta ambiental. Então, é uma contribuição muito relevante mesmo que o ICMS e a presença de unidades têm tido para Municípios pequenos, enfim, para contribuir com outras agendas de desenvolvimento do Município, não apenas com a agenda de conservação.

As áreas protegidas no País somam 1,6 milhão de quilômetros quadrados no continente e mais 963 mil quilômetros quadrados no mar. Essa extensão equivale a cerca de 18% da área continental e 26% da área marinha, sob vários *status* de proteção. Cabe ressaltar, no entanto, que apenas 6% da área terrestre do Brasil encontra-se em unidades de conservação de proteção integral, aquelas que não permitem atividades econômicas com uso direto dos recursos, apenas pesquisa, atividades de educação ambiental, visitação e turismo. Dos restantes, 12% estão no grupo de uso sustentável, que permitem atividades econômicas, cerca de 6% estão em APAs, que têm pouquíssimas restrições. É um elemento importante de ordenamento de uso do solo, mas tem poucas restrições de uso, inclusive as APAs abarcam cidades, abarcam propriedades agrícolas, enfim. E as

demais incluem áreas que permitem a produção de madeira sustentável e extrativismo de produtos como castanha, açaí, borracha, pescado, como também já foi apresentado aqui.

Essas atividades podem gerar significativa atividade econômica para o País e construir um importante meio de geração de trabalho e renda para as populações locais e tradicionais. Em 2016, nas unidades de conservação onde as famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Verde, a contribuição econômica do pescado foi de cerca de 10 milhões de reais para o peixe, 7,5 milhões para a camarão e de 11,7 milhões para o caranguejo, totalizando quase 30 milhões de reais, com potencial de alcançar mais de 167 milhões de reais, se investimentos no fortalecimento das cadeias produtivas e na gestão dessas áreas forem feitos.

A maior parte das unidades de conservação brasileiras encontra-se na Amazônia. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC registra 28,1% do Bioma Amazônia protegido. O percentual nos demais biomas brasileiros é muito menor: cerca de 9,5% da Mata Atlântica, quase 9% da Caatinga, 8,3% do Cerrado, 4,5% do Pantanal e menos de 3% do Pampa.

A primeira unidade de conservação brasileira tem mais 80 anos. É o Parque Nacional de Itatiaia, que foi criado em 1937 e está localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais — completa na próxima semana aniversário. Desde então, sobretudo com a criação do SNUC, foram criadas mais de 2.300 unidades de conservação no Brasil, num movimento respaldado pelo art. 225 da Constituição de 1988, que determina que o Poder Público tem a responsabilidade de proteger áreas de significativo valor ecológico para o território nacional.

Além do dispositivo constitucional, a criação e manutenção de unidades de conservação atendem a compromissos internacionais, que já foram citados aqui também, no âmbito das convenções das Nações Unidas sobre diversidade biológica e do clima, para deter a perda de biodiversidade, conter os efeitos do aquecimento global, e, por conseguinte, garantir a manutenção das atividades econômicas dependentes da natureza e o bem-estar dos brasileiros. Eu acho que o Andre mostrou bastante o impacto dessas áreas protegidas no cenário de mudanças climáticas. É com elas, portanto, que o Brasil pode dar sua maior contribuição para as metas de conservação da biodiversidade.

É importante dizer que essas metas foram internalizadas por políticas públicas no Brasil, tanto as metas de diversidade biológica quanto as metas de clima também. *A meta*

é que o Brasil proteja ao menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos biomas terrestres e 10% das áreas marinhas. A Convenção do Clima reconhece o papel das áreas protegidas na mitigação dos efeitos do acúmulo de gases do efeito estufa na atmosfera. Além disso, dois dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) também tratam diretamente da conservação de ecossistemas (...).

As áreas protegidas, nesse sentido, são também uma ferramenta importante para contribuir para o atingimento desses objetivos.

> *Outro aspecto muito relevante e que merece destaque é a importância das áreas protegidas para o nosso bem-estar e para a saúde humana. Em um país com taxas de urbanização altíssimas como o Brasil, os parques urbanos e naturais representam, em muitos contextos, os últimos espaços de natureza em que a população pode desfrutar de um encontro e reconexão com a natureza.*

Está muito claro que a experiência de natureza que muitos de nós tivemos, certamente os nossos filhos ou as gerações que virão não a terão, porque crescem no meio das cidades, crescem privados de natureza. Já há inclusive uma organização que trabalha especificamente com esse tema, o Instituto Alana, sobre a importância da natureza para o desenvolvimento das infâncias. As crianças, em alguma medida, estão privadas desse contato com a natureza, a não ser pela presença de áreas protegidas. Então, essas áreas são uma ferramenta muito importante nesse sentido também.

> *Estudos recentes têm demonstrado que estar na natureza é essencial e provoca impactos positivos na redução do estresse e da depressão* — há estudos que mostram que uma experiência na natureza diminui a produção do cortisol, que é o hormônio associado ao estresse —*, promove estados de ânimo positivos, facilita a recuperação de doenças e promove a interação social e estilos de vida mais saudáveis. Isso mostra que as políticas de conservação ambiental (...)* trazem benefícios e devem estar amplamente conectadas com as políticas de saúde coletiva e saúde pública.
>
> *Muitos brasileiros têm se engajado nessas áreas, dedicando horas de trabalho voluntário significativo não apenas por contribuir para a gestão dessas áreas, como também por promover uma experiência transformadora e valores éticos voltados à conservação da natureza. Já são mais de 15.000 pessoas interessadas em realizar voluntariado nas UCs federais* — isso em menos de 1

ano de um programa estruturado no âmbito do ICMBio. *Isso mostra o crescente interesse e abertura da sociedade em relação a essas UCs.*

Um patrimônio de todos os brasileiros, construído em décadas — com benefícios tão tangíveis como a oferta de energia e água e com papel muito relevante nas condições de vida na Terra — nunca esteve tão ameaçado como agora — isso também foi bastante falado hoje à tarde nesta Mesa.

Os ataques vêm aumentando nos últimos anos no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas, com uma série de tentativas de alteração dos limites, redução do grau de proteção ou eliminação de algumas unidades de conservação. Cerca de 70 eventos desse tipo já ocorreram no Brasil, afetando uma área total de mais de 110.000 km², ou o equivalente ao tamanho de Cuba. Conhecidos internacionalmente pela sigla PADDD (do inglês Protected Areas Downgrading, Downsizing and Degazettement), esses eventos são motivados por projetos de infraestrutura, mineração e agronegócio.

Como temos ouvido recentemente, neste primeiro semestre do ano de 2019, entre as principais ameaças, eu citaria a reabertura da Estrada do Colono (no Parque Nacional do Iguaçu), a redução do status de proteção do Parque Nacional dos Campos Gerais; a extinção da Estação Ecológica de Tamoios via decreto, o que é impossível, inconstitucional; o Parque Nacional da Lagoa do Peixe; a liberação de áreas para leilão de petróleo em Abrolhos; além de uma proposta que foi ventilada, mencionada pelo Ministério do Meio Ambiente, o que já foi falado também pelo Procurador, de rever limites e categorias de todas as unidades de conservação. Não há o menor fundamento em uma ação dessa natureza.

É importante dizer que, sobretudo depois da instituição do SNUC — Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a criação de unidades de conservação está atrelada a uma série de procedimentos, o que inclui estudos técnicos e participação da sociedade nas consultas públicas. Critérios foram seguidos, então não faz sentido rever a criação por atacado das unidades, tampouco continuar afirmando que essas unidades foram criadas sem critérios. Existem procedimentos que asseguram a criação das unidades de conservação.

Apenas nas duas primeiras semanas de maio, a área desmatada em Unidades de Conservação na Amazônia soma mais da metade de tudo o que foi

derrubado nos nove meses anteriores, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O aumento do ritmo das motosserras provavelmente está associado ao relaxamento na fiscalização ambiental, com significativa redução nos números de autuações por parte do ICMBio e IBAMA.

As unidades de conservação são criadas em benefício da sociedade. Elas são uma reserva de futuro para o Brasil e o resto do mundo. Mas é preciso que seu valor esteja claro e que haja políticas efetivas para garantir a manutenção dessas áreas (...) — no cenário de desmonte que estamos observando, sobre o qual desejamos reagir. *Fragilizar as Unidades de Conservação ameaça não apenas um patrimônio natural* — também histórico e cultural — *construído ao longo de décadas, mas o bem-estar de brasileiros e brasileiras e as futuras gerações de todo o planeta. O que Brasil precisa é garantir a efetividade das suas áreas protegidas e o cumprimento das leis vigentes.*

Não se pode pensar no desenvolvimento presente e futuro da sociedade brasileira sem políticas fortes de conservação e salvaguarda da biodiversidade brasileira — e dos serviços ambientais prestados por ela —*, já que ela é a base de atividades econômicas que, mesmo com os inúmeros avanços tecnológicos, são dependentes da natureza para continuar existindo.*

Eu quero encerrar a minha fala chamando atenção para um instrumento muito importante, sobre o qual também não se tem falado. Foi inclusive alvo de projeto de lei de conversão que tramitou nesta Câmara. Refiro-me ao Fundo de Compensação Ambiental, instituído pela Lei nº 13.668, de 2018. Esse fundo traz uma oportunidade de se desenvolver uma agenda positiva, porque cria mecanismo para se utilizar o recurso de compensação ambiental para resolver inclusive um dos grandes desafios de implementação das unidades de conservação, a questão fundiária. Ele não resolve, existem outros mecanismos para se trabalhar com a questão fundiária das unidades, mas traria um aporte significativo e importante para ajudar a resolver a questão fundiária e de implementação das unidades de conservação.

Esse fundo foi constituído no final do ano passado. Estimamos que os recursos destinados a esse fundo sejam em torno de 1 bilhão ou 1,5 bilhão de reais, que devem ser investidos nas unidades de conservação. No entanto, não ouvimos nenhuma palavra em relação ao avanço da sua implementação até o momento. O que se sabe, inclusive, é

que o comitê que acompanha a implementação desse fundo não tem se reunido. Portanto, eu gostaria de chamar atenção também para essa agenda, com a qual os Deputados podem nos ajudar, cobrando a aplicação dos recursos desse fundo. Isso ajudaria a dar dinamização a essa agenda de implementação das unidades de conservação.

Com isso, eu encerro a minha fala.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Célio Studart. PV - CE) - Inicialmente, desejo a todos uma boa tarde, porque eu não consegui fazer isso na hora em que eu me sentei aqui, e agradeço à Sra. Erika Guimarães a exposição.

Eu vou passar agora às perguntas feitas pelos internautas, participantes do e-Democracia. Nós temos três perguntas. Como ainda não vou abrir a palavra para os que estejam participando da audiência, para que façam perguntas aos expositores, e como ainda haverá espaço para considerações finais, peço aos próprios expositores que decidam quem vai responder a cada pergunta. A terceira, contudo, é direcionada ao representante do MPF, o Dr. Leandro Mitidieri. Vou ler uma pergunta de cada vez, para não confundirmos. Peço a quem puder que responda.

Esta pergunta é do participante Assis Marinho, do Distrito Federal: *"A função das unidades de conservação é preservar o bioma em determinada região. Por que não desenvolver mecanismos em que a população e empresários possam participar da gestão?"*

Qual expositor poderia responder ao nosso participante Assis Marinho?

A SRA. ERIKA GUIMARÃES - Vou começar, depois passarei para o Rodrigo.

Eu acho que, na verdade, existe esse modelo. Acho que as parcerias são muito relevantes e estratégicas para as unidades de conservação. Dentro dos conselhos, há a participação dos diversos setores representados no entorno das unidades de conservação; há muitas organizações da sociedade civil que são parceiras das unidades de conservação, que contribuem para a implementação de projetos dentro dessas unidades. O Fernando, do Grupo Cataratas, trouxe também um modelo de concessão que não deixa de ser uma parceria para implementação da unidade de conservação, por meio de uma organização privada.

Na Fundação SOS Mata Atlântica, criamos alguns fundos de apoio e implementação de unidades de conservação. Esses fundos são constituídos com doação de empresas e de pessoas físicas, enfim, do setor privado, de vários setores da sociedade. Então, existem esses mecanismos. Eu acho que precisamos ampliá-los e dar-lhes escala.

O SR. RODRIGO JESUS DE MEDEIROS - Acho que está respondido, mas o importante é que está garantida na própria legislação do SNUC a participação via conselhos das unidades de conservação. Acho que os conselhos são essa instância que, na verdade, franqueia uma participação dentro do modelo de gestão. E ela é aberta para toda a sociedade civil, há espaço para a sociedade civil participar. Enquanto existirem os conselhos, a participação está garantida. Enquanto não quiserem acabar com os conselhos, a participação está garantida. Portanto, temos que estar atentos também a essa agenda. O problema não é excesso de participação; pelo contrário, participação é bom, participação faz as pessoas se integrarem, faz as pessoas se sentirem parte da coisa. Não saber conviver com a participação e com a democracia é que é uma coisa ruim.

O SR. PRESIDENTE (Célio Studart. PV - CE) - Obrigado.

A segunda pergunta também vem nessa esteira. É do participante Ronaldo da Silva Farias: *"O que de fato a população brasileira pode fazer para que as unidades de conservação venham a ser melhor preservadas ou até mesmo expandidas?"*

Quem pode se habilitar a responder ao Ronaldo?

O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG - Ronaldo, obrigado pela pergunta. Antes de mais nada, visite, use. As unidades de conservação são espaços públicos, com algumas exceções, em áreas muito remotas que dificilmente um leigo ou um não técnico saberá onde ficam. Mas a grande maioria das áreas protegidas que se localizam próximas às comunidades humanas são acessíveis. Portanto, a primeira coisa é esta: visite, vá a um parque, vá a uma unidade de conservação.

Existem unidades de conservação onde, além de visitação, há outros tipos de atividade. Foram citadas aqui as reservas extrativistas, a reserva extrativista marinha, as reservas comunitárias na Amazônia. Eu pertenço ao conselho de uma organização não governamental na Amazônia que trabalha muito com comunidades ao longo dos rios, em unidades de conservação estaduais do Estado do Amazonas, que produzem o seu pirarucu e produzem a sua farinha.

Portanto, a segunda coisa que você pode fazer é adquirir produtos que venham dessas comunidades. Se fizer uma visitação, procure um guia que seja cadastrado junto a essa unidade de conservação, ajude e aumente essa cadeia de valor. A partir disso, a unidade de conservação poderá, além de fazer a conservação da biodiversidade, que é seu papel primeiro, também contribuir com atividades produtivas e com educação ambiental, que é outro grande papel que a unidade de conservação tem. Como a Erika falou, não vivemos em espaços muito próximos à natureza. Eu sou criado em área urbana. Nós temos contato com a natureza principalmente pela unidade de conservação.

Por isso, use, sem abusar da unidade de conservação. Precisamos que mais pessoas tenham a percepção da importância desse patrimônio, de como é relevante para a vida, em especial nas cidades. As pessoas das cidades precisam saber que o Parque Nacional da Tijuca foi criado de um reflorestamento. Antes de ser parque nacional, foi feito um reflorestamento para proteger a água que abastecia o Rio de Janeiro. Use esse espaço de maneira sustentável, e isso vai ser um grande avanço. Vamos aumentar a visitação, vamos aumentar a cultura da natureza!

O SR. ANDRE NAHUR - Eu iria um pouco a esse ponto, adicionando algo a esta questão abordada pelo Cadu. Acho que a principal questão é que temos de mudar esse paradigma. Temos que reconhecer que essas unidades são patrimônio nacional, é o patrimônio de toda a população brasileira. O que nós temos que fazer é cuidar dessas áreas como se fossem nossas. Da mesma maneira como cuidamos do nosso apartamento, da nossa casa, devemos cuidar dessas áreas protegidas como se fossem nossas. Hoje em dia, estão acontecendo processos de voluntariado, como a Erika reforçou bastante. Há essa parceria com o ICMBio e com a WWF, e há outras organizações que também fomentam essa questão do voluntariado. Hoje em dia, precisamos fomentar a cultura de cuidado com a questão do meio ambiente, porque é um patrimônio nosso. Precisamos ter cuidado agora como um todo. Acho que esta é a principal mudança de paradigma: como reconhecemos as áreas protegidas.

A SRA. ERIKA GUIMARÃES - Quero apenas complementar. Essa questão do voluntariado é muito importante. O ICMBio estruturou, no ano passado ou retrasado, um programa de voluntariado muito interessante e robusto. Até citei esses dados dos 15 mil voluntários já engajados com as unidades. As unidades abrem editais periódicos do trabalho voluntário que estão passíveis de receber. Há um portfólio muito diverso de

atividades. É possível desenvolver trabalho voluntário de plantio e recuperação de áreas, mas também trabalhos administrativos na área de comunicação, pesquisa e monitoramento. Há uma perspectiva muito grande de contribuir com a gestão da unidade e também de desenvolver um valor de conexão com essas áreas, de se engajar nessa causa, o que acho decisivo para este momento que vivemos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Célio Studart. PV - CE) - Perfeito.

Temos agora uma pergunta direcionada ao Dr. Leandro. A pergunta é um pouco extensa, mas é objetiva.

O participante é o Cláudio Mareti, que pergunta: *"Por que não promovemos ações judiciais com base nas legislações e convenções, em defesa e pelo investimento adequado nas unidades de conservação, em defesa da nossa natureza, nossa biodiversidade e nossos ecossistemas, com múltiplas funções ou serviços dos ecossistemas?"*

O SR. LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO - Ótima pergunta!

Eu só queria pegar um gancho na anterior. Temos o Projeto MPF Praia Limpa, que fundamentalmente trabalha com voluntariado. Quem se interessar basta dar uma pesquisada no Google.

O MPF não é ONG, então fomentamos essa coisa de voluntariado, como para limpeza de praia. Já fizemos limpeza em todas as praias. No fim de semana passado, eu estava em Saquarema, onde vai haver um campeonato de surfe agora. Fizemos um acordo com a WSL, que vai realizar o campeonato de surfe, para que ela faça uma ação de limpeza. Ela faz um *marketing* de que está fazendo uma ação de limpeza, mas queremos controlar isso. Queremos ver o quanto de praia mesmo ela limpou, porque a cidade de Saquarema, que é uma cidade pequenininha, recebe milhares de pessoas. Então, há um impacto no meio ambiente, há um impacto na praia, há um aumento do lixo. Portanto, sobre essa ação de voluntariado eu adoraria falar, porque é importantíssima!

Quanto à pergunta, foi o que eu expliquei. Tínhamos uma ação coordenada, com muitas ações judiciais, ações civis públicas. Em Jamanxim, por exemplo, tinha uma ação da colega lá exigindo... Inclusive, nessa ação coordenada tínhamos um pacote que entregávamos para o colega na ponta, em que dizíamos: *"Olhe, escolha aqui a ação que se adapta ao seu caso".* É uma ação para que seja criado o conselho gestor, é uma ação para que seja criado o plano de manejo, é uma ação — esta é mais complicada — para a

consolidação territorial. Este caso já é juridicamente mais complicado, porque vai exigir a desapropriação indireta. Há pessoas lá dentro da unidade de conservação. Para se consolidar o território, como se vai fazer isso judicialmente? Várias teses foram discutidas, como a que discutia se cabia a desapropriação indireta, etc. É um assunto interessantíssimo, juridicamente. Não teremos tempo para tratar aqui, mas as ações existiam aos montes.

A mudança que houve foi a que eu expliquei no início: agora passamos a ter leis reduzindo ou extinguindo unidades de conservação, como foi mencionado. E já somam essa quantidade absurda! Acompanhamos vários casos.

Vou até pedir esses casos, porque quero ver se o MPF comeu mosca em alguma dessas. Tínhamos um monitoramento, para verificar o que entrou com ação direta de inconstitucionalidade e o que não entrou; o que acabou não indo para frente, depois que o ex-Presidente Temer não sancionou, depois do tuíte da modelo Gisele Bündchen sobre o retrocesso ambiental. Monitorávamos tudo. Até conversamos sobre isso. Peço, desde já, esse monitoramento de vocês, para ver se comemos alguma mosca, porque em alguns casos se vai exigir isso.

Acabei de ver aqui uma notícia de que a Procuradora-Geral da República, a colega Raquel Dodge, ajuizou uma ação contra essa resolução do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente. Refiro-me a essa última. Ajuizou hoje, agora. Portanto, nós preparamos isso, mas no final é a Procuradora-Geral da República quem decide se vai ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade contra uma lei.

E há um detalhe: o atual Presidente chegou a declarar que iria extinguir unidade de conservação por decreto: *"Se foi criada por decreto, eu posso extinguir por decreto".* Isso é seriíssimo! Fui da Advocacia-Geral da União durante 10 anos. Acho que está faltando ali uma assessoria da Advocacia-Geral da União, porque isso é um absurdo! Esta não passa, extinguir unidade de conservação por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Célio Studart. PV - CE) - Agradeço.

Essa foi a última pergunta de participantes do e-Democracia. Neste momento, eu gostaria de conceder a palavra aos expositores que desejarem fazer considerações finais sobre o tema.

Quem quiser começar, fique à vontade.

O SR. RODRIGO JESUS DE MEDEIROS - Deputado Célio Studart, quero mais uma vez agradecer a oportunidade de podermos realizar este evento e podermos nos dirigir não só às pessoas que estão nesta sala, mas principalmente às pessoas que estão acompanhando este debate pela Internet. De novo, é sempre importante que encontremos momentos e espaços para poder falar do nosso patrimônio, daquilo que é mais importante, a nossa natureza. Não existe nação desenvolvida, não existe nação com bem-estar, não existe população desenvolvida em que isso ocorra ao largo da natureza, sobre a natureza ou com destruição da natureza.

Acho que estamos definitivamente vivendo um momento muito crítico, como nunca na história recente ambiental brasileira. Acredito que canetas Bic têm poder, mas deveriam estar sendo usadas para fazer coisas boas para as pessoas. Por exemplo, ao invés de acabar com unidades de conservação por decreto, deveriam estar criando as unidades que ainda precisamos criar, que vão garantir bem-estar, emprego, renda, que vão garantir segurança alimentar àquela pessoa que está no campo, o extrativista, o pequeno agricultor familiar, que necessita do recurso natural, da água, da terra, para produzir o que tem que comer.

Obviamente, são essas mesmas unidades de conservação que vão garantir que daqui a uma década, daqui a 10 anos, os efeitos perversos da mudança climática, que podem afetar não só o nosso País mas também os demais países do globo, possam não acontecer, porque o Brasil cumpriu com o seu papel, cumpriu com o seu dever, como maior detentor da biodiversidade planetária: foi de fato esse guardião, foi de fato aquele que conseguiu fazer a sua conservação.

Para isso, eu tenho muita fé e tenho crença nesta Casa, a Câmara. Um país como este se governa com o equilíbrio entre os três Poderes. Por isso, Deputado Célio Studart — o Deputado Rodrigo Agostinho estava aqui —, o trabalho dos senhores nesta Casa é extremamente importante, porque governar significa essa coalização de forças, não significa uma caneta Bic ou um dos Poderes dizer o que o outro tem que fazer.

Também acredito muito no Poder Judiciário e principalmente no Ministério Público. Naquilo que diz respeito aos direitos difusos e intangíveis, o Ministério Público sempre esteve se faz presente para garantir que esses direitos não faltarão àqueles que de fato precisam.

Vamos falar das unidades de conservação! Vamos falar da natureza, porque, quanto mais falarmos, mais as pessoas vão se convencer — e vão entender — da importância de que elas existam!

Obrigado, Erika, que está presente, em nome da Coalizão Pró-Unidades de Conservação, essa coalizão maravilhosa de organizações que mostra que, quando atuam juntas, as organizações se tornam maiores. O trabalho que é feito hoje pela coalizão, sem dúvida nenhuma, é um trabalho de referência para a conservação no Brasil inteiro.

Muito obrigado a todos!

O SR. CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG - Agora, falo muito mais relaxado, porque não tenho que apresentar um monte de Power Point, com um monte de números. Vocês já perceberam que sou uma pessoa de números. Um dos livros da minha infância era *O Homem que Calculava*, do Malba Tahan. Falarei com a tranquilidade de um professor de economia. Vou falar como economista, não como ambientalista.

Eu gostaria que vocês repensassem a questão da conservação ambiental — da qual a unidade de conservação é uma das ferramentas, mas não é a única, não é exclusiva — como um instrumento de desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, nós estamos na pior crise que este País viveu, desde que se transformou numa República. As estatísticas da década de 30 são meio ruins, mas não têm uma comparação por um período tão longo de estagnação.

E a despeito do discurso de que basta resolver uma ou outra reforma, tirar um direito trabalhista aqui, tirar um direito previdenciário ali, que as coisas automaticamente se acomodarão, eu não creio, com a minha experiência de professor de macroeconomia há 30 anos, que isso vá resolver. Nós precisamos de uma forma de criar emprego, de gerar receita que seja compatível com inclusão social e que seja compatível com qualidade de vida. Portanto, de forma geral, é preciso repensar o Brasil. E por várias vezes o Brasil teve a chance de se repensar.

Eu vou pedir desculpas por uma pequena digressão. Quero regressar ao século XIX.

Coloquem-se aqui no Parlamento brasileiro, onde se coloca uma hipótese de abolição da escravatura. D. Pedro I parte do Brasil, abdica ao trono, vai para Portugal e encaminha às Cortes uma resolução, solicitando a abolição da escravatura. Isso foi em 1831 ou 1833. Se não me engano, foi em 1831. E esse processo vai se arrastando por

mais de meio século. Por quê? Usem para o século XXI os argumentos que eu vou colocar agora. Vou apresentar os argumentos que eram trazidos na questão da escravatura: *"Porque vai quebrar o agronegócio; porque vai subir o preço dos alimentos; porque o Brasil vai ter um problema de balança comercial, porque não vai mais ter o que exportar; porque, na verdade, o escravo é protegido pelo senhor e, se eu tirá-lo da senzala, ele não vai ter onde morar".* Nessa história toda, passaram-se muitos anos, muita embromação. E a conta pagamos até hoje.

E por que pagamos essa conta? Porque, naquele momento, como sociedade brasileira, nós não tivemos a audácia e a dignidade de reverter o modelo e pensar o futuro, deixando de olhar o passado. Qual era o medo que se colocava? Qual era o medo que os escravocratas tentavam colocar no debate? *"Se você mudar isso, vamos mudar o status quo, vamos alterar as coisas como são e vamos quebrar. Precisamos, na verdade, é de mais escravidão"*.

Lembro que o Deputado Joaquim Nabuco perde a reeleição em 1882. V.Exa. é Deputado pelo Ceará, não é? Joaquim Nabuco era Deputado e perde a reeleição em 1882, justamente por ser um grande abolicionista. E ele escreve, um pouco depois, um manifesto abolicionista. No manifesto abolicionista que ele escreve pouco depois, diz o seguinte: *"Mesmo que a gente resolva agora, hoje, a questão da abolição, nós teremos mais de 100 anos de contas a pagar por causa disso"*.

Eu quero que V.Exas. reflitam sobre isso, em relação ao nosso modelo de desenvolvimento econômico. Que modelo de desenvolvimento econômico queremos para o nosso País? Cortar os custos trabalhistas ao máximo? Cortar todos os direitos? Cortar os gastos sociais necessários para qualificar a mão de obra e, com isso, termos a mão de obra mais barata possível para sermos competitivos? E, de forma análoga, vamos tratar de igual jeito essa enorme vocação natural que nos foi dada?

Nós temos o maior patrimônio de biodiversidade do planeta. Isso, no século XXI, não é pouca coisa. Por quê? Porque somente agora nós começamos a entender o que significa patrimônio genético. Nós estamos destruindo patrimônio genético sem saber o que temos aqui. É como se chegássemos a uma biblioteca e queimássemos os livros antes de ler. É como pegar um computador e apagar o disco rígido sem saber o que há lá dentro. Nós estamos fazendo isso. E não estamos apenas continuando a fazer isso: estamos regressando a um estágio onde achamos que, para desenvolver mais, nós

precisamos estender até o limite a pastagem e a plantação, como se isso fosse resolver coisas.

Na faculdade de economia, aprendemos a lei da oferta e da demanda. Se eu estender até o infinito a pastagem, vamos transformar a Amazônia numa imensa pastagem. O que vai acontecer com o preço da carne? Vai cair. O que aconteceu com o Brasil quando tinha excesso de produção de café? O preço caia. Por quê? Porque esses produtos não têm conteúdo, não têm tecnologia. Aumentar a produção brasileira como temos aumentado nas últimas décadas — e, aparentemente, o modelo agora é apostar mais no mesmo: mais extração mineral, mais exportação de produto primário sem processamento — significa o quê? Não gerar emprego.

Senhores, por favor, abram as estatísticas do IBGE: nenhum setor desemprega mais do que o agro. É o IBGE quem diz isso. O agropecuário expulsou 3 milhões de pessoas, nos últimos 20 anos. Nenhum setor desemprega mais do que o agro. É nisso que vamos apostar as fichas? Eu vou destruir uma riqueza para ter mais boi? Nós já temos mais bovinos do que seres humanos neste País. Qual é a consequência social disso?

Ousemos pensar num modelo diferente, um modelo de século XXI, um modelo de crescimento com igualdade, onde as unidades de conservação e a política ambiental como um todo, não apenas asseguram novas fontes de crescimento, ou seja, mais PIB, como garantem uma melhor qualidade de vida, um PIB melhor. De que nós estamos falando? Ações que são possíveis de fazer: unidades de conservação de uso sustentável, que são a grande maioria do território. Dois terços das áreas de unidades de conservação são unidades onde as pessoas vivem dentro, onde há comunidades, onde há pescador, onde há extrativista.

Há o uso do turismo, e esse turismo tem um potencial enorme. É ridículo que o Brasil tenha uma visitação tão baixa! O número de visitantes do Brasil — o Fernando, depois, pode me dar um número melhor — é menor do que o da Argentina, com todo este nosso potencial!

Nós temos uma enorme dependência de água. Mudanças climáticas significarão ciclos hidrológicos extremos, e isso vai significar o quê? Se tirarmos a proteção de cobertura florestal, teremos crise hídrica. Dom Pedro II mandou reflorestar a Floresta da

Tijuca porque ele sabia, lá em 1860, que floresta protege água. Não é um conhecimento tão extraordinário assim!

Para terminar, nós vivemos hoje uma enorme crise fiscal. Eu aprendi com o meu amigo Carlos Mussi, da CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que o passivo ambiental de hoje é o passivo fiscal de amanhã. Se nós retirarmos a cobertura florestal, o que teremos? Mais desabamentos.

Eu vivo numa cidade chamada Rio de Janeiro, onde qualquer chuva hoje se transforma numa calamidade, não apenas porque as pessoas morrem ou têm suas casas destruídas, mas porque o trânsito para, e um dia de trânsito parado significa que eu não tenho nenhuma condição de trafegar. Imaginem se não existisse a Floresta da Tijuca! Retirem a Floresta da Tijuca do Rio de Janeiro e verão um caos maior ainda!

Peço desculpas, Deputado, por ter usado demais o meu tempo, mas eu gostaria de fazer um convite a V.Exas.: ousemos pensar um modelo do século XXI. Não imaginemos voltar à economia colonial, à economia do século XIX como solução, porque não vai resolver o problema. Temos que buscar soluções que sejam de fato adequadas aos nossos problemas. E nós temos esse enorme ativo, essa enorme fonte de riqueza, para investirmos, para vivermos melhor e para termos uma prosperidade econômica que seja de fato sustentável. *(Palmas.)*

A SRA. ERIKA GUIMARÃES - Eu quero agradecer ao Deputado Célio Studart, ao Deputado Rodrigo Agostinho e ao Deputado Nilto Tatto a oportunidade de estar nesta Casa de Leis, nesta Casa do Povo, com esses profissionais sensacionais, que têm um trabalho maravilhoso, que admiro muito. Estou aqui como representante de uma organização civil, defendendo uma agenda que, no meu entendimento, deveria ser uma agenda de Estado, não uma agenda de governo.

Para que isso aconteça, nós brasileiros, nós cidadãos temos de estar altamente envolvidos, engajados e comprometidos, cobrando e fazendo nosso papel na participação social — como o Rodrigo disse, nunca é demais —, cobrando e vigiando para que as transformações que desejamos ver no nosso País possam acontecer, sobretudo na agenda ambiental.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. ANDRE NAHUR - Eu também não vou me delongar, quero apenas agradecer. É sempre um prazer estar com o Cadu, o Rodrigo, a Erika, o pessoal da SOS,

o pessoal do Grupo Cataratas, com os quais conseguimos nos conectar outras vezes. Realmente, é um *case* de sucesso o que eles fazem. O Ministério Público realmente está aí no fronte, segurando várias questões.

Para finalizar, retomando um ponto que trouxemos, digo que hoje em dia perdemos muito no Brasil, e na história do Brasil, como um todo, sempre perdemos economicamente. Cito como exemplo o que aconteceu na época da expansão da demanda de borracha na Amazônia. Trouxemos pessoas para trabalhar na região, e hoje em dia são pessoas que não têm alternativa. Na história do Brasil, vamos perdendo oportunidades econômicas porque não olhamos para a frente, não olhamos para o longo prazo, não trazemos um olhar estratégico para o desenvolvimento do País.

Hoje em dia, no mundo todo, o consumo está se capacitando cada vez mais. Vejamos o caso da carne. Hoje em dia, tanto na Europa como em outros lugares, eles estão cada vez mais se fechando para a demanda de *commodities* agrícolas e pecuárias que têm conexão com o desmatamento. Isso é uma pauta mundial e não vai regredir. A questão é esta: ou qualificamos a nossa produção — é possível produzir todas as nossas *commodities* agrícolas e também gado sem desmatamento, mostramos hoje que é possível —, ou vamos começar a perder mercado no futuro. Ou nós começamos a explorar todo o potencial de biotecnologia que temos... Porque a próxima revolução que teremos será a tecnológica. Novos produtos serão demandados. Nós temos, hoje em dia, um potencial natural para trabalhar biopolímeros e outros, mas nem vou entrar nessa discussão, porque isso é imenso. Portanto, digo de novo: estamos perdendo oportunidades como país. Nesse cenário que o Cadu trouxe, nós sempre estamos produzindo mercado de base, produtos de base, economia primária, o que realmente não possibilita ao Brasil tomar o potencial econômico que tem.

Os cenários de clima e outros, como mudanças de solo, conforme mostrei, são reais. A natureza, a unidade de conservação e outros são um grande potencial para aumentarmos a resiliência da nossa economia. É o que temos que reconhecer e conectar no planejamento do Governo. O setor privado já está fazendo isso, as seguradoras já estão fazendo isso. Hoje em dia, até os grandes petroleiros do Oriente Médio estão investindo em energia solar. Por quê? Porque sabem que o mercado vai mudar. Há várias outras experiências nesse cenário.

Portanto, precisamos parar de perder oportunidades econômicas e passar a focar no grande potencial do Brasil para ser uma das grandes economias do futuro, dentro do desenvolvimento sustentável como um todo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. FERNANDO HENRIQUE SOUSA - Reitero o agradecimento ao Deputado Célio Studart e ao Deputado Rodrigo pelo convite. É uma honra podermos apresentar a visão do setor privado.

Pegando o gancho do que falou o Cadu, eu acho que a transição para a economia do século XXI — falo como representante do setor privado — passa, fundamentalmente, pelo entendimento de que essa visão envolve valor agregado. Envolve conseguirmos extrair da natureza o valor agregado, o que, por exemplo, o setor primário não faz diretamente.

Eu sonho com o dia em que passaremos a ter, por exemplo, produtos como o queijo da Serra da Canastra — que foi eleito o melhor queijo do mundo, no ano passado —, com o seu valor associado ao seu *terroir*, por ser vizinho ao Parque Estadual da Serra da Canastra. É isso que os franceses fazem com maestria e é assim que vendem. Não é à toa que a França é o país mais visitado do mundo. Isso acontece porque os franceses sabem criar e associar o valor agregado a uma produção sustentável. Eles vinculam sua produção ao *terroir*, que é associado também às unidades de conservação de parques regionais naturais que há naquele país.

No Brasil, nós perdemos grandes oportunidades por não fazer o mesmo, por não associarmos a produção. Sonho com o dia em que teremos, por exemplo, a marca-parque do Parque Nacional do Iguaçu. O produtor de Capanema vai vender um maracujá — o maracujá mais doce que já experimentei na minha vida — cuja produção está diretamente associada ao serviço ambiental do Parque Nacional do Iguaçu e estará vinculada ao selo da marca-parque do Parque Nacional do Iguaçu. Quando ele for exportar, o comprador lá fora saberá que o produto está vinculado às cataratas. Saberá que bebeu das águas das cataratas aquele maracujá.

Para chegarmos a esse patamar, precisamos melhorar a regulação. Precisamos conseguir incrementar a capacidade dos organismos ambientais de gerar esse tipo de valor. Isso implica um reforço, e não uma supressão da capacidade institucional do ICMBio, do IBAMA, dos órgãos ambientais estaduais, a fim de que comunguem dessa

visão e passem também a gerar esse valor, em conjunto com a inciativa privada. Já existem iniciativas nesse caso. Nossa parceria com o ICMBio é resultado direto disso. Mas isso pode ser incrementado e melhorado, quando melhoramos o marco regulatório para essa gestão.

Eu entendo que, para isso acontecer, deve haver apoio ao ICMBio, seja do ponto de vista institucional, seja por intermédio do SEBRAE, do BNDES, seja por intermédio de outros organismos da esfera federal, que também podem apoiar a autarquia para que gere mais valor, o que é fundamental. Também podemos aumentar e ampliar a participação da sociedade civil nessas discussões — eu sou conselheiro do Parque Nacional do Iguaçu e do Parque Nacional da Tijuca e acho que as discussões nos conselhos são fundamentais para que possamos ampliar, disseminar e capilarizar essas conversas —, para que a sociedade também visite mais os parques nacionais, a fim de que esse valor possa ser reconhecido, como o Cadu bem colocou.

Entendemos que, se mais pessoas visitarem os parques nacionais, vamos ter mais aliados da conservação. Quando uma pessoa sente o *spray* das cataratas na cara, a vida muda, muda a visão que ela tinha sobre o que é um parque nacional e a sua importância. Quando ouvir no *Jornal Nacional* que está sendo reduzido o tamanho de um parque nacional, a sensibilidade dessa pessoa estará mudada, com certeza.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO - Eu ia fazer um agradecimento rápido, mas o nosso professor de economia falou da CEPAL e me veio a análise de Celso Furtado. O Brasil é viciado no modelo de terra barata, muitas das vezes grilada, e mão de obra de trabalho escravo. Parece-me que não conseguimos sair desse círculo vicioso.

Eu me pergunto por que, em vez de comermos, devorarmos as unidades de conservação, não focamos as terras improdutivas. Falar agora em reforma agrária parece uma coisa do século passado. Essa é quase uma palavra proibida. Mas, se pararmos para pensar, a Holanda consegue exportar mais produtos alimentícios do que o Brasil, só perde para os Estados Unidos, que são 270 vezes maior do que ela.

É o caso de se perguntar como é que não focamos a questão da produtividade e avançamos sobre terras improdutivas, o que não é nenhum pecado, porque os Estados Unidos fizeram uma das maiores reformas agrárias da história, sobre 270 milhões de

acres — Cuba fez só de 15 milhões de acres. A reforma agrária americana do Homestead Act, em 1862, foi uma das mais violentas que se pode imaginar.

Então eu fico me perguntando por que ainda insistimos nesse modelo de caminhar para — eu falei da Holanda — uma espécie de doença holandesa, investindo na questão das *commodities.*

Eu espero que este evento sirva para mudarmos um pouco o foco do caminho para onde estamos indo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Célio Studart. PV - CE) - A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão ao dispor dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* audiências públicas.

Agradecemos a presença dos convidados, dos Parlamentares que aqui estiveram e dos demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde, senhoras e senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*